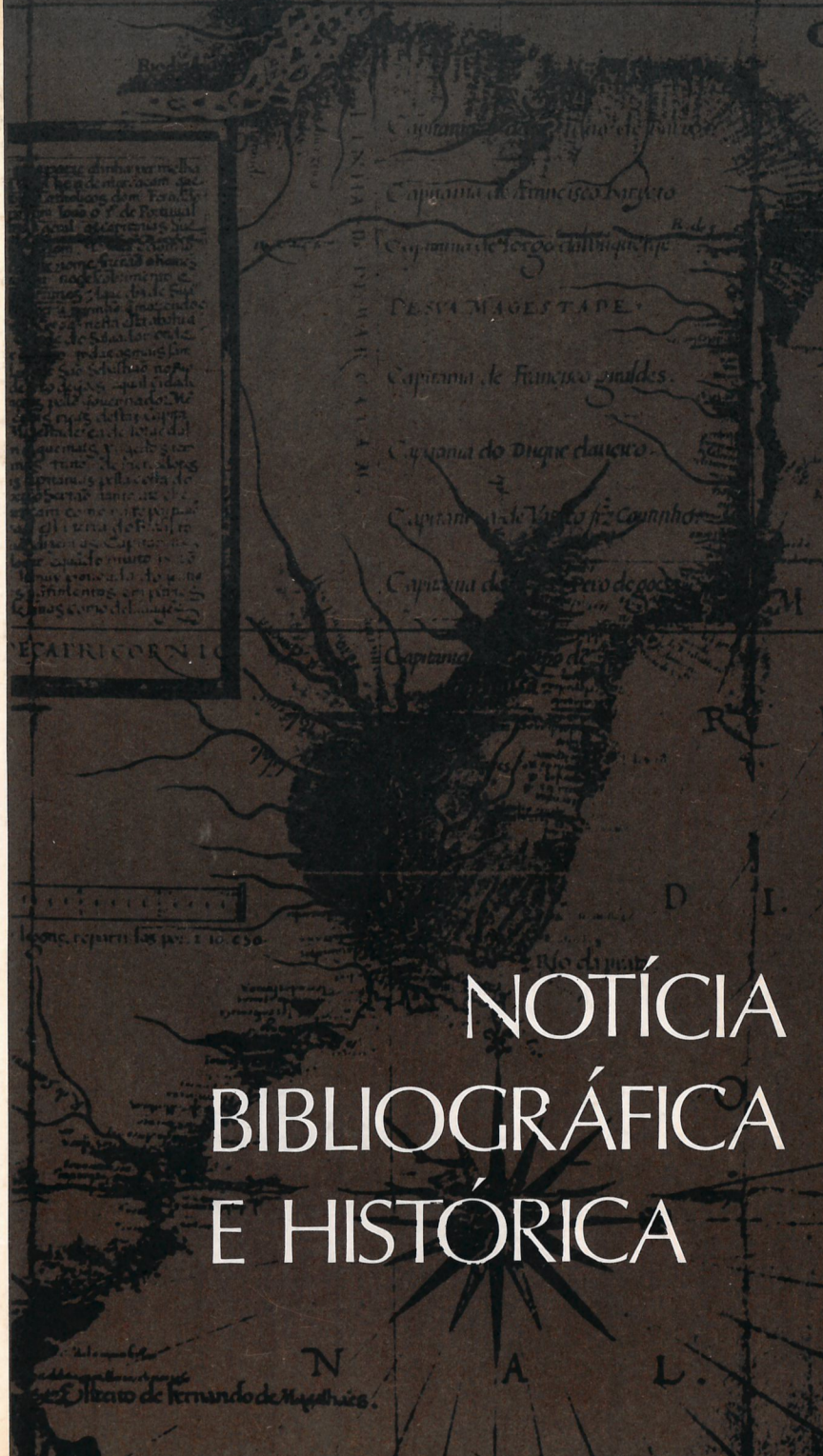




NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Alberto Martins

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Pe. José Benedito de Almeida David

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e História
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXV - Nº 151 ISSN-0101-4919 JULHO/SETEMBRO/1993

SUMÁRIO

Em torno de Rio Branco/Roraima	205
Odilon Nogueira de Matos	
Torquemada e Cisneros	210
João Ribeiro Júnior	
Maragatos, Pica-paus e Degolas	213
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Cruz e Souza e o hinduísmo	215
Fernando Whitaker da Cunha	
Os "Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira" como fontes para a História	223
José Octávio	
Freitas Vale, o Mecenaz da Arte Brasileira	236
Duflío Battistoni Filho	

Cana-de-Açúcar X Café	240
Ernani Silva Bruno	
Registro Bibliográfico	245
Periódicos	248
Memória Campineira	250
Tomás Alves (Lycurgo de Castro Santos Filho)	
Textos (sugestões para seminários)	
Apresentação do Ato Adicional (Limpo de Abreu)	252
O Sistema do Universo (Copérnico)	253
Vultos da Historiografia Brasileira	
Padre Rafael Maria Galanti	255
Seleta	
O fim do cativeiro (Pe. Rafael M. Galanti)	257
Rabiscos de um escrevinhador	
Civismo dos ituanos	268
Vinte anos sem Hélio Viana	269
A "Paulista" em Piracicaba	271
Teatro no velho Mato Grosso	272
Um acadêmico ituano	274
História paulistana em calidoscópio	275

EM TORNO DE RIO BRANCO/RORAIMA

Odilon Nogueira de MATOS

Foram poucos, em nosso País, os casos de desmembramento de Estados para a formação de novas unidades federadas. Durante cem anos, apenas dois ocorreram, com a criação das províncias do Amazonas, desmembrada do Pará, e do Paraná, desmembrado de São Paulo, ambos em meados do século passado.

Foram freqüentes, entretanto, os projetos visando a uma redivisão territorial do Brasil, elaborados alguns ainda no século XIX, mas a maior parte já neste século, especialmente depois de 1930. Alguns deles, sem dúvida, bem fundamentados e dignos de consideração; outros, destituídos de qualquer critério quer de ordem econômica, geográfica ou social.

É importante considerar que o ponto central de quase todos esses projetos era evitar a desproporção realmente absurda de haver estados das dimensões do Amazonas, Pará, Mato Grosso ou Minas Gerais, ao lado de um Sergipe, que mal se enxerga no mapa, tão pequeno ele é. Lembremos que o Amazonas, que ainda é o mais vasto de todos os Estados, chegou a ter, antes da criação de Roraima, mais de um milhão e oitocentos mil quilômetros quadrados, maior que qualquer país da Europa fora, naturalmente, a Rússia. Considerou-se como superfície média ideal a faixa dos duzentos mil quilômetros quadrados, ou seja, para exemplificar, a superfície de Estados como São Paulo, Paraná ou Rio Grande do Sul. Contudo, tais projetos nunca mereceram a menor consideração por parte do governo federal e valem hoje, poder-se-à dizer, como simples curiosidade.

Cumprе observar, por outro lado, que foram numerosos os casos de reivindicações emancipacionistas em várias regiões do Brasil. Minas Gerais foi o Estado onde elas mais freqüentemente ocorreram, desde o século passado, com os projetos de criação das províncias do Sapucaí (defendida ardorosamente pelo ilustre homem público paulista Joaquim Floriano de Godoy), da província do Sul de Minas (liderado pela cidade de Campanha)

e da província do Vale do São Francisco; e, neste século, movimentos semelhantes na Zona da Mata, no vale do Mucuri, no vale do Jequetinhonha e, notadamente - o mais sério de todos - no Triângulo Mineiro. O grande argumento desses emancipacionistas decorria das condições de isolamento em que tais regiões viviam com relação à capital do Estado, numa ausência total de comunicações, tornando-as completamente desamparadas do governo estadual. Tanto que, com o desenvolvimento da rede de comunicações rodoviárias a partir de 1960, tais movimentos praticamente esvaziaram-se e quase nem mais se fala neles.

Mas, embora tenham dado em nada, tais movimentos merecem um estudo, revestindo-se muitos deles de aspectos interessantes que não podem passar despercebidos dos estudiosos de nossos problemas. Citemos apenas um caso, bastante curioso e que nos foi relevado por uma recente leitura do grande livro de Richard F. Burton, que, na década de 60 do século passado, desceu todo o rio São Francisco, único, dos muitos viajantes estrangeiros que nos visitaram, a realizar tal proeza. Burton encontrou enorme entusiasmo nas pequenas cidades do médio São Francisco pela criação de uma nova província, cuja capital, caso ocorresse a criação, era disputada por duas cidades: Januária, em Minas Gerais e Juazeiro, na Bahia, justamente as cidades extremas da projetada província. Burton, que acreditava no futuro do São Francisco, aplaudiu a idéia, sugeriu mesmo alguma coisa a ser feita e anteviu o grande rio sulcado por navios, chatas e barcas, à moda do Reno ou do Danúbio, e lindas e progressistas cidades às suas margens. Imaginemos se essa província efetivamente tivesse sido criada, com a decadência e a degeneração do "velho Chico", seria ela uma das regiões mais pobres do mundo, algo como uma Biafra brasileira...

Insensível o governo tanto às reivindicações como aos projetos de uma redivisão territorial do Brasil, tivemos que esperar até a Segunda Guerra Mundial, precisamente em 1943, para termos as primeiras modificações no mapa do Brasil neste século. Resultaram elas da criação de cinco territórios - Iguaçu, Ponta Porã, Guaporé, Rio Branco e Amapá -, com áreas tiradas de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Amazonas e Pará. Iguaçu e Ponta Porã tiveram vida efêmera, pois foram extintos pela Constituição de 1946. Os outros três foram mantidos. Guaporé teve seu nome alterado para Rondônia, numa justa homenagem ao Marechal Rondon, pois ele se insere precisamente na área percorrida pelo grande sertanista nas suas famosas expedições aos sertões do Brasil no início deste século. Rio Branco, sem nenhuma razão aparente, passou a denominar-se Roraima.

Para a criação desses territórios foram invocadas razões de ordem estratégica em face da Segunda Guerra Mundial. Curiosa estratégia! A guerra desenrolava-se na Europa e no Pacífico e nós tivemos que armar pontos estratégicos com os países da América do Sul, que nada tiveram com o conflito! E no entanto, teria sido tão fácil ao governo federal invocar razões de ordem geográfica, econômica, social e até política para a criação de tais territórios sem necessidade de apelar para o artifício das necessidades estratégicas, que nunca prevaleceram na evolução dessas regiões. Hoje, como é sabido, nenhum deles mais existe como território. Foram todos promovidos a Estados. Primeiro, Rondônia, e mais recentemente, pela atual Constituição, Roraima e Amapá, ao mesmo tempo que se extinguiu o território insular de Fernando de Noronha. E com a divisão de Mato Grosso em dois estados e mais a criação do Estado de Tocantins, encerra-se, por ora, a crônica dos desmembramentos de Estados ocorridos no Brasil para a criação de novas unidades de Federação. Eis como surgiu Roraima, objeto precípuo deste comentário.

Inserido no complexo da Amazônia, a **Hiléia** de Humboldt, uma apreciação sobre o atual Estado de Roraima não poderá ser dissociada do conjunto mais vasto em que ele se insere. Seu povoamento remonta aos fins do século XVII, de maneira totalmente assistemática, sendo difícil estabelecer uma conseqüência de marcos principais na ocupação do solo daquela extensa região. De quase cem anos mais tarde, portanto de fins do século XVIII, datam as primeiras informações mais concretas, em grande parte devidas aos demarcadores das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madrid, de 1750, que definiu o princípio jurídico do “uti-possidetis”. Embora este tratado tenha sido modificado e corrigido pelo de Santo Ildefonso 27 anos mais tarde, as alterações do novo instrumento diplomático referiam-se apenas ao sul do Brasil, nada tendo a ver, portanto, com as regiões setentrionais.

De Gama Lobo de Almada, geógrafo e fazendeiro português, são as mais antigas descrições que conhecemos da região. Sua **Descrição relativa ao Rio Branco e seu território**, elaborada em 1787, mas só publicada quase cem anos depois (1861), ainda pode ser lida com real proveito e interesse e representa um dos documentos mais preciosos daquela fase em que o próprio Estado português (ao contrário do que antes acontecia...) achava-se empenhado num melhor conhecimento do Brasil.

Foi muito lento, contudo, o seu povoamento. Originalmente vinculado apenas à indústria extrativa, ao tráfico das chamadas “drogas do sertão” e à escravização de índios que eram vendidos para as fazendas do Pará e do Maranhão, foi só mais tarde, com a criação do gado de forma mais

sistemática, que os chamados “Campos do Rio Branco” começaram a ser melhor aproveitados. Apenas em 1858 encontra-se na legislação amazonense (o Amazonas já então erigido em província separada do Pará), o mais antigo dispositivo referente à bacia do Rio Branco. Mas teremos que esperar ainda cerca de quarenta anos para que surgisse a primeira povoação, com seus lineamentos urbanos e a fazer jus à prerrogativa municipal: o município de **Boa Vista do Rio Branco**, originário de uma antiga freguesia aí fundada sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo.

Todavia, durante muitos anos permaneceu a região quase despovoada, como pouco povoada continua até os nossos dias. Basta dizer que, com uma superfície quase igual à do Estado de São Paulo, Roraima conta apenas com oito municípios e apenas duas merecedoras desse nome: Boa Vista, escolhida para sede de governo quando da criação do território, e Cracaraí, um pouco mais ao sul. Sabia-se somente que aí se localizava extensa área de terras planas, com vegetação rasteira, adequada à criação de gado, mas sem maiores perspectivas para o seu desenvolvimento e comércio do que simplesmente alimentar o gado destinado a abastecer a capital do Amazonas.

A população indígena, muito numerosa nos primeiros tempos, foi aos poucos se misturando. As diversas tribos procediam basicamente de dois troncos, o **aruaque** e o **caribe**. Havia lendas, entre elas a do Lago Dourado (uma constante na mitologia indígena brasileira), verdadeiro império do ouro, que tanto fascinou ao inglês Walter Raleigh, que, entretanto, não chegou a visitar a região. Ainda à procura desse “Lago Dourado” ocorre a exploração do holandês Nicolau Harstman, que alcançou o Rio Branco procedente da Venezuela. Uma aliança dos índios com os holandeses constituiu séria ameaça à soberania portuguesa; daí, as providências não só no sentido de fortificar a região, mas de conhecê-la melhor, sob os aspectos geográficos e econômicos.

Nesse contextos insere-se a **Descrição** de Almada, a que já fizemos referência. É certo que os problemas de fronteira continuaram devido à quase impossibilidade de demarcação, pelo pouco ou mesmo nenhum conhecimento da região e total ausência de comunicações com o restante do território amazônico. Eram mais fáceis as comunicações com a Venezuela ou com a Guiana do que com o próprio Brasil. Na realidade, foi só no início deste século (1904), com o arbitramento do rei Vitor Emanuel III, da Itália, que se solucionou de vez a velha questão com a então chamada Guiana Inglesa, hoje simplesmente Guiana.

A criação do território, em 1943, não foi suficiente para dar à região o desenvolvimento que dela se poderia esperar. A base pecuária de

Roraima é a pecuária de corte que se desenvolve nos campos naturais, principalmente a nordeste do território. As vendas de gado vivo, o comércio de couros de boi e de animais selvagens e a extração mineral estão mais voltados para os mercados da Venezuela e da Guiana, em virtude das dificuldades de comunicação com Manaus e outras cidades brasileiras. Aliás, nisso tem residido o maior problema para a região. A garimpagem de ouro e diamantes é feita ao Norte, nas áreas de fronteira, não havendo registros de produção, inclusive porque a maior parte é contrabandeada para os países vizinhos. É apreciável o rebanho tanto bovino como suíno. O extrativismo vegetal, especialmente da castanha-do-Pará, constitui outra atividade de relativa importância, da mesma forma que a extração da madeira e a agricultura de subsistência. Pouco expressivas são as indústrias locais. Apesar de se saber da existência de jazidas de cristal de rocha, bauxita, cobre, cassiterita e pedras preciosas, nenhum desses produtos aparece na produção de Roraima, o que vem demonstrar, mais uma vez, o grande isolamento em que vive a porção mais setentrional do nosso País.

De fato, é Roraima o Estado mais setentrional do Brasil. Em seu território localiza-se o monte Caburaí, que constitui o ponto extremo norte do País. Fisiograficamente, podem ser consideradas algumas regiões geomorfológicas bem distintas: uma peneplanície sedimentar recoberta de campos naturais, alagados, em boa parte do ano, marcado, paisagisticamente, pelos buritizais, que acompanham o curso dos rios, e com altitudes que não alcançam duzentos metros; outra, que conduz à serra, na qual se localizam as maiores altitudes, alcançando 2870 metros no monte Roraima, durante muito tempo considerado o ponto culminante do Brasil. Sabe-se hoje que não é. O ponto culminante encontra-se no Pico da Neblina, com mais de três mil metros, no mesmo sistema Pacaraima, mas já em território amazonense. E uma terceira região, à leste, com os sempre citados "Campos do Rio Branco". Aliás, o Rio Branco é o acidente geográfico característico de Roraima, marcando sua paisagem em todos os sentidos. Atravessa praticamente todo o seu território, de nordeste a sudoeste, desaguardo no rio Negro, depois de um curso de mais de 500 quilômetros. Tão característico é esse rio para a região, que seu nome foi escolhido para denominar o território quando de sua criação, em 1943. E **Rio Branco** chamou-se até 1962, quando, sem qualquer razão aparente, teve seu nome mudado para **Roraima**. Infeliz decisão. Roraima, realmente, é um importante acidente geográfico, mas não constitui traço característico do antigo território, hoje Estado, ao contrário do Rio Branco, nome que deveria ser mantido.

TORQUEMADA E CISNEROS

João RIBEIRO JÚNIOR

(Capítulo do livro inédito: *No Tempo da Inquisição*)

Tomás de Torquemada (1420-1498) e Francisco Jiménez de Cisneros (1436-1517), um dominicano, outro franciscano, o primeiro fanático, o segundo déspota, representaram um grande papel no reinando de Fernando V, rei de Aragão e de sua esposa, Isabel, filha de João III, rei de Castela, que veio a ser sua herdeira pelo tratado que Henrique IV, seu irmão, apelidado "o Impotente", foi obrigado a fazer com o arcebispo de Toledo, que contra ele se revoltara.

Nesse novo reino chamado de Espanha, Torquemada e Cisneros foram sucessivamente confessores de Isabel; o primeiro, na infância dessa princesa, e o segundo, na sua elevação ao trono. Torquemada, fundando a Inquisição na Espanha, e Cisneros protegendo-a, obraram com vistas diferentes.

Torquemada não aspirava senão a atrair sobre a sua ordem, e sobre si, os favores dos papas, tornar os dominicanos os primeiros e os mais ricos de todos os frades, assegurar-se do capelo de cardeal, e criar para si um emprego tão importante que o pusesse a par dos primeiros grandes de Espanha; um emprego que tivesse absoluta independência dos reis, para não temer, nem os seus caprichos, nem a sua inconstância, e que reunisse todas as prerrogativas dos mais poderosos ministros, sem o expor às desgraças que eles tão freqüentemente experimentavam. Cisneros, primeiro ministro, imperioso, altivo, cruel e tirano, objeto de execração dos grandes, que o seu orgulho se comprazia de insultar, que tinha por sistema humilhar para engrandecer a autoridade monárquica; severo reformador do relaxamento dos frades, mesmo dos franciscanos, seus primeiros protetores, e depois, seus maiores inimigos; guerreiro audaz, que fazia tremer a África à frente

de exércitos pagos à sua custa; elevado ao maior grau de autoridade a que podia chegar um particular, mas sempre devorado de inquietações no cúmulo das grandezas; temendo, não só Fernando, cujas benevolências nunca eram o sintoma da confiança e da amizade, e a altivez dos grandes, cujo ódio observava todas as suas opções para aproveitar o momento propício de vingar suas injúrias, mas também o ressentimento dos frades, mais perigoso, porque era mais dissimulado, e não se manifestava senão por punhais; Cisneros tinha grande interesse em sustentar a Inquisição. Este interesse não consistia em desejar punir os hereges, cujas opiniões pouco lhe importavam; em fazer queimar os judeus, que ele gostava mais de deixar viver para os despojar quando fossem ricos. Consistia sim em querer assegurar-se de uma arma que de improviso pudesse cravar no coração de seus inimigos; em ter pela sua parte um corpo cuja autoridade pudesse atacar o soberano Fernando, se necessário fosse, e retê-lo por meio do terror na servidão que lhe havia imposto; um tribunal que em nome de Deus pudesse livremente penetrar nos conventos dos frades e nos palácios dos grandes, arrancar-lhes as vítimas que dedicasse à sua segurança, sepultá-las em masmorras, e conduzi-las ao suplício por entre as aclamações de um povo que não visse na morte delas senão uma homenagem rendida à divindade.

Torquemada olhou a Inquisição como um degrau para subir às honras; Cisneros fez dela um baluarte para se manter naquelas a que já se achava elevado. Assim, a ambição de um dominicano, e o egoísmo de um franciscano trouxeram à Espanha o maior dos flagelos, e por muitos séculos ficou perdida uma nação inteira, porque um frade quis ser cardeal, e outro, primeiro ministro. Motivos puramente humanos, paixões odiosas e desprezíveis presidiram pois em Espanha ao nascimento da Inquisição, como haviam presidido na Itália, França e Alemanha. Por toda a parte os fundadores da Inquisição não tiveram em vista senão o seu único interesse. O crime de heresia não era mais que um pretexto de que abusavam para persuadir o povo ignaro que só eram guiados pelo amor de Deus, para obter a dupla vantagem de imprimir a esse povo maior veneração e a mais passiva obediência, passando a seus olhos por vingadores do Eterno; e fazendo-se considerar como uma classe privilegiada, que Deus teria especialmente escolhido para defender a sua causa sobre a terra, adquirir, acima de todos os frades, mais alta reputação de virtude e santidade, reputação sempre desejada por todos os envolvidos na Inquisição. Essa conquista sobre os espíritos foi mais fácil na Itália e na Espanha, do que em França e na Alemanha.

Contudo, se o grande poder da Inquisição na Espanha foi devido a Torquemada e a Cisneros, eles não tiveram a glória de ser os primeiros que ali a introduziram. Tudo começou com Pedro II, rei de Aragão quando este combateu os cruzados comandados por Simão de Montfort na luta contra os albigenses (cátaros). A morte de Pedro deixou um campo livre a todas as calúnias com que aprouve Roma deslustrar a sua memória, e necessariamente considerar hereges os vassalos de um rei generoso, que não quis receber as ordens de alguns frades fanáticos e sangüinários. Por esse motivo atravessaram os Pirineus, para penetrarem no reino de Aragão, alguns destacamentos desses primeiros inquisidores, flagelos do Languedoc e da Provença; mas não reinava então em Espanha aquela superstição, que depois se desenvolveu, nem era ainda chegado o tempo de Torquemada e de Cisneros. Atemorizados os reis de Aragão com os revezes dos albigenes, e com o funesto destino que havia tido a expedição de Pedro II, consentiram em receber a Inquisição nos seus estados.

A Inquisição caminhou a passos largos, após o casamento de Fernando V com a princesa Isabel, tendo triunfado com a destruição dos mouros e a conquista de Granada. Com efeito, Torquemada conseguiu convencer Isabel que os mouros, para obedecerem ao vencedor, fingiriam abraçar a religião católica, mas permaneceriam muçulmanos no fundo do coração; que semelhante mal seria de longa duração; que era forçoso portanto ter à mão um remédio que se lhes pudesse aplicar constantemente, e que este remédio não podia ser senão um tribunal, cuja autoridade se estendesse sobre as consciências; que só a Inquisição podia chegar a esquadriñar os segredos mais recônditos do coração humano. Isabel, que Torquemada tinha influenciado desde a infância, seguiu às cegas seus conselhos, e os fez aceitar a Fernando, seu esposo. Conseqüentemente, ambos pediram bulas ao papa Xisto IV, que imediatamente lhas enviou, e foi estabelecida a Inquisição nos reinos de Aragão, de Valença, das Castelas, e, finalmente, em poucos anos, em toda a Espanha, com exceção de Portugal, onde não foi admitida senão 70 anos depois. Torquemada, sendo então nomeado cardeal e inquisitor-mór mostrou-se digno dessa alta honraria, que exerceu por 14 anos, processando mais de 100 mil pessoas, e dessas condenando 8 mil ao fogo. Depois de sua morte, sustentou a Inquisição, o franciscano Cisneros, cardeal e primeiro ministro. Se o primeiro tentou acabar com os judeus e os hereges, o segundo, com a própria nação, destruindo o comércio, paralisando a agricultura, embrutecendo o povo.

MARAGATOS, PICA-PAUS E DEGOLAS

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

No ano em que se comemora o Centenário da Revolução Federalista, nada mais oportuno que a rediscussão e o revisitar dos acontecimentos que abalaram o país, em especial o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, num dos episódios mais cruentos de nossa História.

Afora mesas-redondas, ciclos de debates que aqueles estados estão fazendo acontecer, é oportuno registrar-se pelo menos dois livros que procuraram explorar as fontes documentais existentes sobre o episódio, com o intuito não apenas de contribuir para a produção do conhecimento histórico, mas também, reconstituir a história dos vencidos e vencedores.

Referimo-nos aos trabalhos organizados por Moacyr Flores e Hilda Agnes Hübner Flores - **Rio Grande do Sul: Aspectos da Revolução de 1893** - e, ainda, sob a coordenação de Moacyr Flores - **1893-95: A Revolução dos Maragatos**.

Nos dois trabalhos, nota-se a preocupação com a análise do modelo republicano positivista=jacobinista, em luta com uma oposição que, ao reunir várias correntes políticas, interessava-se sempre na conquista do poder, denotado a intolerância, a desmesurada ambição das facções políticas e a crueldade que pontilhou todo o decorrer da luta armada.

Reunindo nomes expressivos da historiografia sul-riograndenses - **A Revolução dos Maragatos** - com critério e estilo límpido, traz à tona, para discussão dos estudiosos das Ciências Humanas, pesquisas que serviram de base para um curso realizado no Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, sob o título - **RS: Conflitos e Projetos** - organizado pela Profa. Cláudia Musa Fay, onde são abordados, com muita propriedade, desde a historiografia e a estruturação da sociedade e política na época, até as ideologias, o terror e a extrema violência do período.

No que tange ao - Rio Grande do Sul - Aspectos da Revolução de 1893 - cumpre-nos salientar que, a competência e seriedade dos historiadores Moacyr e Hilda Flores já seriam suficientes para recomendar a obra que aborda com nitidez a república presidencialista de Júlio de Castilhos, além de retomar os sanguinolentos conflitos gerados pela intolerância e ambição dos partidos políticos daquele momento histórico.

Não lhes deve ter sido fácil a elaboração dessa síntese, ligando fatos da política nacional e internacional, além da interessante análise sobre os acontecimentos revolucionários na área de colonização alemã. Contendo excelente bibliografia sobre o assunto, é um trabalho que ao mesmo tempo nos motiva a cultivar cada vez mais a prática de uma cidadania consciente, como também a refletir seriamente sobre o significado do autoritarismo e das diferentes maneiras e artimanhas utilizadas para a consolidação do poder.

CRUZ E SOUZA E O HINDUÍSMO

Fernando Whitaker da CUNHA

Considerado por Roger Bastide poeta maior do simbolismo, João da Cruz e Souza oferecerá sempre ângulos novos à abordagem crítica, mormente por sua demanda insone de “formas aurorais do espírito”, para usar a expressão de Enzo Pacci que o vinculariam, mediata ou imediatamente, à cultura hindu, feita, como notou Panait Istrati, de fé e de sonho, arquetípica por sua inata e vertiginosa sede do sagrado.

“Há uma mentalidade oriental e uma mentalidade ocidental”, escreve Gilberto Amado, “uma imutável e profunda, outra mutável e superficial”. A primeira, atinge uma densa atmosfera metafísica, buscando a substância das coisas e dos atos.

Em *Lettres a un religieux*, observa a prodigiosa e amarga Simone Weil que “l'étude des doctrines hindoues jette une lumière bien plus vive qu'aucun poète chrétien”.

O hindu tende ao meta-histórico, à intemporalidade, num angustiante meio social, para a visão ocidental, da mesma forma com que o Ganges é um prolongamento do Nirvana.

“A Índia dorme no fundo de nossas almas”, assevera Alexandre Gravinás (Gilberto de Mello Kujawski), no dardejante, penetrante e lírico *Dicionário dos Excêntricos*.

É, sobretudo, por sua tatuagem da emigração cósmica que ela nos seduz.

No *Rig Veda* há uma admirável passagem que influenciou, segundo René Brancour, em Massenet, para a composição do “Rei de Lahore”: “a luz sem véu, o sol, o dia do oriente que dá forma a tudo que não o tem: o viajante celeste, o arco nômade de cabeleira de ouro que subiu ao mais alto do céu, o capitão do exército dos raios incriados. As preces afluem-lhe ao peito, como as águas ao lago. Nele está o único poder, a única sapiência: ele

é a luz das luzes". Em Cruz e Souza encontra-se página rambaldiana de elevado ardor que poderia ser a continuação da precedente: "Tu, Alma eleita, que trazes essa sede de Espaço, essa ansiedade de Infinito, essa doença do Desconhecido que te fascina os nervos, que vieste ao mundo para falar pelas outras bocas, para ser voz viva de todas as vozes mortas, tu que andas em busca de uma dor que venha ao encontro da tua".

Essa alma sequiosa de mundos superiores, impregnada do simbolismo francês, não encontrou, como diria Maeterlinck, senão a si própria "nos caminhos do ocaso".

O poeta é uma ressonância de verdades supremas, da realidade absoluta, filosófico cerne do surpreendente Novalis (prematuramente desaparecido em 1801), e que o realimenta.

É um exilado, um desterrado de sua pátria original, como o albatroz de Baudelaire, que necessita regressar a seu reino, que, às vezes, se identifica com a infância absoluta, nas metamorfoses de si mesmo ganhando seu canto mais beleza, conforme Leon Pierra Quint, quanto mais se aproxima desse território mágico.

A tragédia órfica é o mundo fundamental. Eudoro de Souza, em seu magnífico ensaio *Reflexões sobre o mito*, registra que "como Orfeu, nenhum poeta o foi verdadeiramente antes de descer aos infernos, antes de lá por debaixo, haver contemplado os germes e as raízes das coisas" e Giovanni Macchia (*Baudelaire e La Poetica della Malinconia*) sustenta que "lavora e lotta il poeta come per la fondazione di una patria mistica, comune e generosa", que, para ele, passa a ter uma existência transcendente, apodíctica. "Pátria", confidencia o límpido Augusto Frederico Schmidt, "que nunca vira, mas de que sentia misteriosas saudades". Os poemas da Índia refletem essas inquietações.

O drama do sagrado é, sem dúvida, o drama do poeta, mensageiro do divino, no pensar de Holderlin, e, por isso, está em Heidegger, há um clima jubiloso, na arte, pela comunhão do artista com o inexaurível.

Cruz e Souza reproduz a ânsia de retorno-evasão às origens abissais: "As águias e os astros amam nesta região azul, vivem nesta região azul, palpitam nesta região azul. E o azul, o azul virginal, onde as águias e os astros gozam, tornou-se o azul espiritualizado, a quintessência do azul que os estrelejamientos do sonho coroam". Um embriagamento no ilimitado caracteriza, numa linguagem sempre candente, essa alma "sequiosa de infinito" (Gustave Kahn), porque a obscuridade não está nas palavras, que

devem dizer mais do que exprimem, mas nas almas, como sentiu Joyce, embora não sejam aquelas que captam a poesia, apenas meio expressional, “mais encore un instrument de recherches, un instrument d’invention ou plutôt une clef grâce à laquelle, nous pouvons entr’ouvrir la lourde porte e deviner un peu de l’énigme universelle” (Jacques Madaule).

O poeta, “prince de l’exil”, como o denomina Baudelaire é, antes de tudo, palavra que traduz e se deixa traduzir.

Antigas vidas são preocupações causais do hinduísmo, detectada por seus poetas **emparedados** no cárcere material, segregando a incontaminada linguagem do desterro, “la pure langage de l’exil”, na depurada dicção de Saint John Perse.

Compreende-se, pois, Cruz e Souza quando brada:

Ah! toda alma num cárcere anda presa,
Soluçando nas trevas entre as grades
Do calabouço, olhando imensidade,
Mares, estrelas tardes, natureza.

Tudo se veste de uma igual grandeza
Quando a lama entre grilhões, as liberdades
Sonha, e sonhando, as imortalidades,
Rasga no etéreo, Espaço de Pureza.

Ó almas presas, mudas e fechadas
Nas prisões colossais e abandonadas
Da dor do calabouço atroz funéreo;

Nesses silêncios solitários, graves,
Que chaveiro do Céu possui as chaves
Para abri-vos as portas do Mistério.

Nas antigas civilizações a idéia de poesia estava infiltrada de concepções religiosas, iniciáticas e mistagógicas, tornando-se o “voleur de feu” (e relembre-se o significado do fogo no ritual veda), que a transmitia, um “Assinalado” como o viu Cruz e Souza. Esse complexo cultural em evolução justificou a aproximação entre a poesia e filosofia que permutam valores desde os gregos até nossos dias, devendo-se recordar, por exemplo, as relações entre a tragédia e a filosofia helênicas a “Divina Comédia” e a Escolástica, a poesia inglesa do Século XVII e as obras de Berkeley, Locke (visível, aliás, em Sterne) e Hume e entre Racine e o racionalismo francês.

Não há verdadeira criação política sem paixão e raciocínio, sem emoção e pensamento, fixados, na dose certa, pela fecundada palavra exata.

Já o sentira Baudelaire: “la poésie este essentiellement philosophique, mais doit être, involontaire ment philosophique”.

O pensador integra o poeta e este ilustra aquele.

Cruz e Souza, como outros grandes espíritos (Dante, Rimbaud, Verlaine, Goethe, Schumann, Shakespeare, Coleridge, Yeats, Sá-Carneiro e Fernando Pessoa) demonstra leituras ocultistas:

“Inicia-te, enfim, alma inquieta

Entra no seio dos iniciados”.

Baudelaire e Antero de Quental, duas de suas grandes influências intelectuais, também a ela eram afeitos.

Quanto a Pessoa, importantes são o artigo “Esoterismo e Plasticidade” (*Folha da Manhã*, de 27.04.58), do erudito José Geraldo Vieira, e o livro de Dalila Pereira da Costa *O Esoterismo de Fernando Pessoa*, no qual aponta o posicionamento ontológico existencial e gnosiológico do poeta: “o mundo visível é o invólucro do invisível e o que nós vemos é a imagem do escondido”.

Schopenhauer, Emersom, Herman Hesse, Nietzsche e Augusto dos Anjos foram, como o nosso “Anfion Negro”, significativos hinduístas e estudiosos do budismo.

A antiga Desterro não deixou de estar presente na voz de Cruz e Souza, o maior de seus filhos (da mesma forma com que Praga impregnou a obra de Kafka), em um canto novo, original, lícido e etéreo, ao mesmo tempo, de marcante autenticidade, grito de um autor rebelado, de um “cisne negro” único e solitário, cuja “vida lhe correu negra como a sua pele”, no observar de Hernani Cidade. “O homem é um aprendiz”, divagava Musset, “e a dor é sua mestra”. Em Cruz e Souza ela foi a Terra e ele o Anteu.

Sua vigorosa, elevada e sugestiva poesia tem características próprias e inconfundíveis, com vida autônoma em nossa literatura, colocando-se em plano superior ao de sua prosa.

Sílvia Romero (*História da Literatura Brasileira*, 5º vol., 7ª ed., pág. 1.685) consigna que nela se fazem notar “uma nobreza de sentimentos, uma delicadeza de afetos, uma dignidade de caráter que nunca se desmentem, nunca se apagam”.

Constituem-na aquelas indefiníveis “essências brancas”, que o inefável Murilo Araújo invocou em *Luz Perdida*, plasmada por uma das mais fluidas, acendradas e refinadas vocações de poeta (“harmonizador de

um verbalismo sugestivo que contaminou o país de ponta a ponta e dignificou os símbolos pelo primor das cambiantes e pela musicalidade dos adjetivos”, na manifestação de Francisco Leite).

É arte substancial, a de que falamos, no sentido que lhe empresta Bremond, e que lhe inculca um clima de sacralidade latente, personalíssima, litúrgica, misteriosa, mas, também, satânica e bizarra, segregada em estado vertiginoso, que confere a seu autor aquela nota acre de anjo revoltado e de titã indormido. Várias causas contribuíram para esse sabor de proscricção e revolta e, entre elas, o preconceito racial que baldou muitos dos sonhos do poeta, chegando praticamente, a impedi-lo de viver em sociedade e sua precária situação econômica que justificam seus orgulhosos desrecales literários e seu desprezo por tudo que não fosse visceralmente artístico.

A dura oposição que sofreu dos parnasianos, mormente na capital federal, era, ao que parece, mais do que a resistência do neo-classicismo ao neo-romantismo simbolista. Sua situação financeira tornou-se catastrófica, vendo-se obrigado a recorrer à bolsa de amigos, como Luiz Delfino.

Ulisses Paranhos traça o perfil do escritor, tão bem estudado por Nereu Corrêa (**Temas de Nosso Tempo**), com rara felicidade: “individualista, atrevido às vezes, o poeta negro é, no entanto, um profundo artista e seus versos admiráveis são uma queixa constante de sua alma humilhada pelos preconceitos de cor e pelos sofrimentos morais e físicos. Mas apesar de tudo, foi um dos maiores de sua geração, cuja alma angustiada andava como um sonâmbulo, à procura de uma felicidade que nunca achou e que nunca procurou fora do cárcere em que palpitava seu coração sombrio e dolorido”.

Sílvio Romero (ob. cit., pág. 1.686) opinava que ele é “o caso único de um negro, um negro puro, verdadeiramente superior no desenvolvimento da cultura brasileira”.

Não deixou de sofrer, o poeta, a pressão das idéias socialistas e das novas reivindicações; referindo-se em um poema às “barricadas sangrentas”. o que daria margem à alentada tese sobre o que teria ficado em sua obra de experiências revolucionárias européias, que, também, empolgaram seus mestres Baudelaire, Castro Alves, e Antero de Quental. Esse idealismo vai ressurgir, posteriormente, em algumas composições de Batista Cepelos, sob esse aspecto um precursor.

É bem verdade que Cruz e Souza, por ocasiões, resvala para o lugar comum arrastado pelo gosto parnasiano, a que pagou tributo deixando-se embair pela mera sonoridade da rima e precipitando-se na anti-poesia.

Também se lhe pode acoimar do uso de certos vocábulos vitandos e de um linguajar barroco, mas isso, em parte, era contingência da própria ideologia estética que esposava.

Nascido na capital catarinense (1863) de pais escravos do Marechal Xavier de Souza, que os alforriou, Cruz e Souza foi protegido pelo militar, que, ao depois, presidiria o Rio Grande do Sul. Teve, como um de seus professores, o reputado Fritz Müller. Foi “ponto” de companhia teatral itinerante, percorrendo o país. Formado, desejou ingressar no Ministério Público, estimulado por Luiz da Gama Rosa, “mais intelectual do que político” (Rodrigues Till, *Cruz e Souza no Rio Grande do Sul*, pág. 20), mas sua cor impediu a concretização desse almejo, como um dia o faria retirar-se de barbeiro no Rio de Janeiro, para onde se transferira em 1890, ingressando no jornalismo e vindo a obter modesta colocação na Estrada de Ferro Central do Brasil, em estação cujo clima era apropriado para seus combalidos pulmões.

A discriminação o feria muito porque fora educado longe dela, ao contrário de Luiz Gama que, dentro dela, sempre viveu, combatendo-a com seu temperamento satírico.

Perdeu o pai, a esposa (demente ele e tuberculosa ela, traçando-lhe esse retrato, que repercutiria em Augusto dos Anjos: “Tísica e branca, esbelta, frígida e alta/E fraca e magra e transparente e esguia,/Tem agora a feição de ave pernalta/De um pássaro alto de aparência fria”), e os quatro filhos pereceram cedo, também tísicos. Com razão ponderou Agripino Grieco (*Poetas e Prosadores do Brasil*, pág. 44) que “seu poema vivido foi mais trágico que todos seus poemas escritos”

Seu sofrimento não cessou nem com a morte (1898). Seu cadáver conduzido em vagão destinado ao transporte de animais, arribou empoeirado ao Rio de Janeiro, onde foi sepultado graças à caridade de amigos, como José do Patrocínio. Seu epitáfio, extraído do soneto “Triunfo Supremo”, é prova de transcendente estoicismo:

“E entre raios, pedradas e metralhas

Ficou gemendo mas ficou sonhando”

Poeta da dor, Cruz e Souza “assinalou no país uma linha mais de nova e alta estesia, dando a prova concreta da magnitude espiritual de que é capaz o nosso povo”, conforme Nestor Vitor, vindo a impregnar-se, direta ou indiretamente, por necessidade espiritual, do estoicismo búdico, que chegou a ser moda, como a diretriz que melhor atendia seus conflitos psicológicos e seus êxtases de aniquilamento cósmico.

Talvez, como Wagner, ele “devenu involontairement bouddhiste” (Louis Barthou), sua “alma antiga” ansiando a Grande Paz e se esvaindo num bailado verbal:

Vozes veladas, veludosos vozes
Volúpia de violões, vozes veladas
Vagam nos velhos vértices velozes
Do vento, vivas, vãs, vulcanizadas”.

Entre as constantes verbais, as palavras-chaves do autor de **Broquéis** (1893), seu único livro publicado em vida, merecem detida atenção “Nirvana”, “Esfera” e “Aéreo”, que demonstram uma orientação espiritual, dentro do clima musical de sua sutilizada escola literária:

“Infinitos espíritos dispersos,
Inefáveis, edênicos, aéreos,
Fecundai o Mistério desses versos,
Com a chama ideal de todos os mistérios”.

Demanda Cruz e Souza a paz absoluta, renuncia ao desejo, liberta-se de sofrer, e, portanto, do terráqueo, e busca a “Grande Paz Sideral”:

“Vendo e, marcha, passar aniquilante
As turvas catapultas do Nirvana”.

Libera-se, em aflar de asas inaudíveis, figuras esgarçantes, soluços secos, suspiros amordaçados, “leves, etéreos, vaporosos”.

Corre Cruz e Souza à Grande Noite, à “Larga e búdica noite redentora”, crucificado em estrelas e na lactescência vocabular onde se refugiara de seu próprio complexo de escravidão.

A lua, “Monja” em céus cristalizados é tomada em comunhão e o poeta é seduzido pelas coisas intuídas.

“Amor das formas inefáveis,
Ó formas intraduzíveis,
No Nirvana sublime”.

Transpassa-o a guia do eterno, no momento que a ela se entrega:

“Posso os braços te abrir
Luz das Esferas”

, mas sente a “Tristeza do Infinito” e a incerteza do itinerário órfico: “Que Nirvana genial há de engolir tudo isso?”.

Está pronto, pois, para vestir o burel de Çakya Muni.

Em Cruz e Souza, as influências hindus, em geral, e budistas em particular, podem parecer mais formais do que orgânicas, mas, na verdade, elas atendiam à imperiosa necessidade de sua alma ferida, pelo que lhe ofereciam de êxtase, de repouso e de aniquilamento. Seu instrumento expressional foi, de outro lado, valorizado pelo emprego significativo de letras maiúsculas que fecundam as palavras de nuances desconhecidas e misteriosas, com toque iniciático, apesar da carência de um mais equipado laboratório sintático. Com precisão reparou Andrade Muricy: "Cruz e Souza irrompeu na poesia brasileira munido de uma nova linguagem poética, de uma profundidade sem precedente em nossa poesia: irregular, bárbaro, mas de um ritmo plástico e de uma notável força de sentimento"

O Simbolismo, que tem suas fontes remotas em Platão e no misticismo medieval, sob ângulo psicanalítico, pode ser visto, como no caso do poeta de que tratamos, como manifestação de timidez e inibição que recusa o direto e o explicativo, recorrendo ao sugestivo e ao indireto.

Tendo galgado a cordilheira do ser, na luminosa imagem de Heidegger, Cruz e Souza tornou-se, por sua essencial criação poética, uma presença marcante na literatura brasileira, legando-nos um evangelho de libertação intemporal que fez com que, entre nós, como assinalou Jackson de Figueiredo, "tomasse feição cruel e dolorosíssima a inquietação moderna".

OS "SEMINÁRIOS PARAIBANOS DE CULTURA BRASILEIRA" COMO FONTES PARA A HISTÓRIA

José OCTÁVIO

Surgidos em 1976, quando o chamado generalismo autoritário, egresso do movimento de 1964, ainda comprimia a sociedade brasileira, por meio de formas de coerção que também se voltavam contra a História, cuja perda de terreno era evidente em face da emergência de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros, os "Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira" resultaram de iniciativa do Secretário e depois Governador da Paraíba Tarcísio Burity em articulação com instituições do Estado, como a Diretoria Geral da Cultura e Conselho Estadual de Cultura, bem como segmentos da sociedade, como o Grupo José Honório Rodrigues, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e o Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

Desses, coube ao agrupamento honorário formalizar a sugestão ao Secretário de Educação e Cultura Tarcísio Burity, que, valorizando as atividades culturais da pasta, realizava desde o ano anterior, em Areia, no interior do Estado, os Festivais de Arte e Cultura voltados para os segmentos de Literatura, Cinema, Teatro, Folclore, Artes Plásticas e Música.

Representando manifestação contra a intolerância e o arbítrio, o que explica a presença, como responsáveis por cursos e conferências, de intelectuais manifestamente heterodoxos, como Mário Pedrosa, Gianfrancesco Guarnieri, Paulo Pontes, Edilberto Coutinho, Antonio Houaiss, Ruy Guerra, Fernando Peixoto, José Wilker e Alex Viana, entre dezenas de outros, os Festivais de Areia importavam formas correlatas de liberdade de expressão e discussão dos problemas nacionais, transportados para a área de História e Ciências Sociais.

Essa, confessadamente, a proposta transferida à Secretaria de Educação e Cultura do Governo Ivan Bichara Sobreira (1975/1978) pelo Grupo José Honório Rodrigues. Nessa perspectiva, a Diretoria Geral de

Cultura encarregar-se-ia da operacionalização do certame, o Grupo José Honório da mobilização comunitária e articulação com a imprensa, o Instituto Histórico e o Departamento de História da indicação dos conferencistas bem como concessão de quadros para a coordenação e debates do Seminário, e o Conselho Estadual de Cultura, da publicação dos "Anais".¹

Da Teoria à Prática. O Primeiro Seminário

A abordagem da coletânea **Brasil, Tempo e Cultura**, sobre o conteúdo da primeira versão do Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, em dezembro de 1976, permite o entendimento do alcance e significado desse certame. Falando por ocasião de sua instalação, o então Secretário Tarcísio Burity sentenciou que "o Primeiro Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, tantas vezes sonhado e hoje realidade (...), visa, sobretudo, a uma avaliação da cultura brasileira em suas mais variadas manifestações"²

Já na abertura do II Seminário foram estas as palavras de S. Excia,: "Nós esperamos que este Seminário continue com aquele mesmo objetivo do primeiro, isto é, a busca da identidade nacional, a procura daqueles traços que devem caracterizar, profundamente, e numa dimensão

(1) Desses "Seminários" resultaram, até agora, os seguintes livros: **Brasil, Tempo e Cultura** (João Pessoa, 1978), de Raymundo Moniz de Aragão, Miguel Reale, Juarez da Gama Batista, José Honório Rodrigues e Samuel Duarte.

João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30 (João Pessoa, 1979), por Abguar Bastos, Luiz Toledo Machado, Boris Fausto, Geraldo I. Joffily, José Octávio, Humberto Mello e Amaro Quintas.

Brasil, Tempo e Cultura III (História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira), por Octaciano Nogueira, Paulo Bonavides, Hélio Jaguaribe, Odilon Nogueira de Matos, José Octávio, Vamireh Chacon e José Honório Rodrigues.

Brasil, Tempo e Cultura IV (Viagem ao universo de Gilberto Freyre), por Vamireh Chacon, M. do Carmo T. Miranda, Edson Nery, Roberto Mota, Potiguar Matos, José Pedro Nicodemus e Juarez da Gama Batista.

O **Brasil, Tempo e Cultura V** encontra-se no prelo, sendo seus co-autores Aloísio A. Campos, Maria Victória M. Benevides, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Oswaldo Trigueiro, Lauro Xavier, José Octávio, J. Honório Rodrigues, José Calazans e Sebastião Nery.

Segura apreciação dos "Seminários", no contexto da historiografia paraibana, é firmada por José Octávio e Wellington Aguiar em "História, Ciências Sociais e Cultura na Realidade Paraibana", preâmbulo a **Capítulos de História da Paraíba** (João Pessoa, 1987), págs. 14/15 e 23.

(2) Burity, Tarcísio - **Brasil, Tempo e Cultura**, pags. 9/10. João Pessoa, 1978.

cada vez mais autêntica, a cultura brasileira (...). Hoje estamos chegando a uma análise objetiva de nossos destinos, perfeitamente conscientes de que somos sujeito e não objeto da História".³

Por essas colocações bem se pode avaliar o sentido culturalizante dos Seminários e seu compromisso com a realidade brasileira, considerada numa perspectiva de mudança.

A Cultura significava então o conjunto das realizações espirituais e materiais da Nação Brasileira, de cuja dissecação se encarregariam as diversas ciências sociais - Antropologia, Filosofia, Direito, Sociologia, Economia, Geografia, Política - bem como práticas como Literatura, Cinema e Biblioteconomia, tudo sob a inspiração, mas não a hegemonia imperialista, da História, a que caberia estabelecer as coordenadas de tempo e espaço, básicas para compreensão de nossa realidade.

Esse pluralismo conceptual, responsável por frutífero diálogo com as ciências sociais e práticas artísticas e científicas, convertendo a História, mais do que nunca, nunca ciência síntese, ou seja, uma somatório, desbordava para o pluralismo ideológico, por meio do qual os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira, como espaço democratizante aberto a todas as tendências e correntes de pensamento, congregariam pensadores de opiniões não apenas divergentes, mas antagônicas.

Tal se infere já do I Seminário, em que, discorrendo sobre a evolução do Direito Brasileiro, desde as Ordenações até as tentativas de revisão do Código Civil em nossos dias, Miguel Reale teve palavras de justificação e aplauso ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), então em vigor:

"O Ato Institucional nº 5 é uma contingência política, de um momento da história brasileira, e representou, no momento, um ato necessário. Eu gosto de dizer as coisas franca e claramente: foi um ato revolucionário, e os atos revolucionários são fatos históricos, manifestados por contingências do momento. Não se trata de um ato definitivo, e não representou um retrocesso histórico. Representou um momento da vida política na conjuntura do tempo, porquanto significou uma resposta à desordem que é, sim, o retrocesso histórico, o retrocesso político irrecuperável"⁴

(3) Burity, Tarcísio - *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30* (Introdução), p. 13. João Pessoa, 1979.

(4) Reale, Miguel - "O Direito e as instituições políticas brasileiras", em *Brasil, Tempo e Cultura*, p. 59.

Não era esse todavia, o pensamento do jurista paraibano Samuel Duarte. Discorrendo, no dia seguinte, sobre "O Judiciário e a Realidade Brasileira", o ex-presidente da Câmara dos Deputados firmou severa advertência à legislação autoritária em vigor:

"(...) Aos inexperientes, arrebatados por impulsos desqualificados de criminalidade comum, esmaga-se com punições severas, em que até sentença de morte pode vir de embocada. Aplaudindo o tratamento humano e sociologicamente correto dos regimes penitenciários recuperadores acreditamos também no imperativo de evitar que a juventude acabe nas angústias de uma frustração irreparável. Importa oferecer-lhe um clima de compreensão sem paternalismo, no qual o cenário escolar e universitário não funcione como barreiras a uma participação consciente na problemática do homem, pelo acesso aos quadros da decisão.

(...) Responder às infrações primárias em terreno estranho a conotações de perversidade ou degradação moral, com penalidade de extrema duração, será cortar muitas probabilidades de reconciliação com a comunidade. Será perda de promissoras lideranças nos quadros de uma democracia inteligente. Porque o inconformismo dos jovens se define, em suas causas, mais no terreno das omissões da própria sociedade do que em pretensas vocações para a revolta. Não se obriguem os juízes a aplicar a inclemência de punições geradoras de ressentimentos e novos inconformismos. Poupe o legislador ao Judiciário a provocação de lançar, através de sentenças de extremo rigor, a semente de insubmissões radicais".⁵

Da Antropologia à História Revisionista

Não por acaso os Seminários registraram, como primeira conferência, intervenção do professor Raimundo Moniz de Aragão, subordinada ao tema "Elementos da cultura brasileira".

Se bem que filiado à visão culturalista um tanto tradicional - limitação que se procurou corrigir com o IV Seminário, inteiramente dedicado à obra de Gilberto Freyre - a exposição de Moniz de Aragão sintetiza as raízes de nossa formação através dos tópicos "Conceito de cultura", "O meio físico" e "Etnias", este último desdobrado através da clássica trilogia "O indígena brasileiro", "O negro e a escravidão" e "O português, origem e cultura".

(5) Duarte, Samuel - "O Judiciário e a realidade brasileira", in op. cit., p. 155/6.

Tratava-se de privilegiar o espaço cultural brasileiro para que sobre ele se assentassem interpretações jurídicas e literárias das quais se ocupariam Miguel Reale/Samuel Duarte e Juarez Batista, junto aos quais a metodologia históricocomparativa repontará.

Em Miguel Reale, filósofo do Direito aberto às motivações da História, isso é claríssimo, na medida em que sua conferência parte das Ordenações manuelinas e filipinas para desenvolver, ao longo do tempo, matrizes jurídicoinstitucionais que passam pelos tratadistas do Império - Pimenta Bueno à frente -, para progredir com o filão germanista da Escola do Recife, o americanismo ruibarbosano da República, a experiência do Código Civil, e, enfim, a "universalidade jurídica do Direito Brasileiro"⁶

Samuel Duarte, embora menos didático, também funde as instituições judiciárias com a História e a Política - entrando igualmente à a Religião e a Sociologia do Direito - máxime nos itens "Poder e vontade popular" o "Exemplo anglo-americano" "Judiciário e mudanças sociais" e "Direito e dinâmica social", da conferência "O Judiciário e a realidade brasileira".⁷

Menos historizante e mais esteticista, nem assim Juarez Batista obliterou a História em "A contribuição da Literatura ao Pensamento Brasileiro", como se pode inferir das considerações sobre "O Movimento Modernista, paulista e carioca, nas suas origens e o Regionalismo Tradicionalista do Recife", como instrumentos de "criação de uma outra mentalidade brasileira".⁸

No caso, tratar-se-á de associar a Literatura à História, considerando-se aquela como fonte para esta. Lançando mão das conhecidas reflexões de Álvaro Lins, será essa a temática do culturólogo Elizo Matos, comentando José Honório Rodrigues no V Seminário.⁹

José Honório, aliás, expressará o caráter históricohistorigráfico dos Seminários versando, já na edição de 1976, sobre "A Revolução Americana e a Brasileira. 1776-1820", enriquecida por comentários e

(6) Reale, Miguel - op. cit., pp 35/48.

(7) Duarte, Samuel - op. cit., pp 143/157.

(8) Batista, Juarez - "A contribuição da Literatura ao pensamento brasileiro", in **Brasil, Tempo e Cultura**, p. 69.

(9) No Quinto Seminário, de livro ainda não editado, embora a conferência de José Honório versasse sobre "O pensamento conservador no Brasil", seu comentador Elizo Matos discorreu sobre "A Literatura como fonte para a História", arrancando aplausos do auditório e congratulações do expositor.

debates os mais variados.¹⁰ Infilando sobre a mesma temática dos cinco volumes de **Independência: Revolução e Contra-Revolução** (1972), lançados quatro anos antes, Rodrigues não só repisou a tese de **Conciliação e Reforma no Brasil** (1965), pela qual no Brasil as revoluções são sempre travadas e desencaminhadas pela contra-revolução, como sistematizou outros pontos de aparelhamento conceptual que tanto reformulou a Historiografia brasileira, a saber: a) carácter oblíquo do liberalismo brasileiro, sempre limitado por preconceitos de classe, e por isso formal; b) sobrevivência do colonialismo dentro do absolutismo, ao longo do nosso processo histórico, derivando daí as constantes formulações autoritárias deste; c) feição cruenta da História do Brasil e d) necessidade de fortalecimento de **História Combatente**, a serviço das aspirações nacionais e calcada na contribuição popular porque, segundo o conferencista, “a elite pode trair o país; o povo não o trai”.¹¹

Revolução de 30 no Seminário

Com exposições dessa ordem, os Seminários Paraibanos definiam-se como evento da área histórico-historiográfica, feição que se consolidará com o Segundo Seminário, todo dedicado à Revolução de 30 e origem da coletânea **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30**.

A idéia consistia em subordinar a edição do Seminário a um tema único - no caso a Revolução de 30 - o que se explica não só pelo relevo desse acontecimento de que a Paraíba se fez um dos propulsores, a nível da Aliança Liberal, como em razão do transcurso, em 1978, do centenário de João Pessoa que, acionado pelas mesmas instituições responsáveis pelos Seminários Paraibanos, ensejou abundante produção historiográfica de cunho manifestamente crítico.¹²

(10) Rodrigues, José Honório - “A Revolução Americana e a Brasileira”, comentários e debates em **Brasil, Tempo e Cultura**, pp. 91/140. O próprio Rodrigues reproduziu essa peça em seu livro **Tempo e Sociedade** (Rio de Janeiro, 1986), pp. 164 a 214.

(11) *Ibidem*, págs. 137 e 212, respectivamente

(12) Uma análise da produção historiográfica do centenário de João Pessoa, que totalizou, entre 1987 e 79, quinze livros e cinco cadernos especiais, além de dezenas de cursos e uma exposição fotográfica, encontra-se no já citado preâmbulo de **Capítulos de História da Paraíba**, pp. 15 a 24. Relação completa dessas obras aparece em Tavares, Eurivaldo - **Soldado paraibano orgulho do grande Presidente** (João Pessoa, 1978) e Octávio, José - **A Revolução Estatizada** (Mossoró, 1984), p. 23.

Temos assim que a edição, em 1979, de **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30** insere-se em contexto mais amplo de repensamento da Revolução de 30 e encartamento desta nas grandes linhas da historiografia brasileira, o que levou Aspásia Camargo a reconhecer que “o ciclo das discussões iniciou-se, em realidade, em 1978, na Paraíba, por ocasião do centenário de João Pessoa, já como indicação antecipatória do paradoxo modernizante e pioneiro de uma administração oligárquica, que se adianta aos compromissos firmados com a Velha República de Epitácio Pessoa, seu inquestionável líder político”¹³

Para o alcançamento de tais objetivos, o Segundo Seminário reuniu não apenas historiadores regionais (Amaro Quintas, José Octávio, Humberto Mello) e nacionais (Abgvar Bastos, Boris Fausto e Luiz Toledo Machado) intermediados por Geraldo Joffily, na qualidade de paraibano residente em Brasília, como motivações revisionistas capazes de esquadriñar os mais representativos aspectos do chamado outubrismo.

Nesse particular, enquanto Abgvar Bastos e Luiz Toledo Machado colocavam em foco a Revolução de 30 na encruzilhada da transição brasileira da sociedade pré-capitalista, para outra, industrial e de massas, Boris Fausto ressaltava que essa evolução se fizera sob a férula do chamado modelo autoritário-corporativista que, primaciando o Estado, responsável pela “Revolução do Alto”, se identifica com a literatura política brasileira, anterior e posterior a 1930.

Entrementes, ao tempo em que José Octávio e Humberto Mello se ocupavam, respectivamente, da Paraíba dos anos 20 e administração do presidente João Pessoa, Amaro Quintas, associando a História à Sociedade Política, discutia o verdadeiro conteúdo da Revolução de 30 para concluir que esta fora apenas uma revolução com “r” minúsculo.¹⁴

A mais lídima expressão do revisionismo historiográfico inerente ao Segundo Seminário sobreveio com a exposição do paraibano-brasiliense Geraldo Joffily. Constituindo-se, até hoje, no único historiador a compulsar os pareceres, votos e acórdãos do ministro João Pessoa, em sua passagem pelo Supremo Tribunal Militar, Joffily subverteu a historiografia oficial que apontava o futuro presidente da Paraíba como modelo do magistrado reacionário e carrancista que não perdoava os tenentes. Isso porque, na

(13) Camargo, Aspásia - “O revelado e o (ainda) obscuro na História recente do Brasil”, em *Jornal do Brasil*, 26/10/80.

(14) Quintas, Amaro - “O problema da conceituação na Revolução de 30”, em *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30*, pp. 298 e 306.

conferência “João Pessoa e o populismo na magistratura”, o que desponta, à luz de irrecusável documentação, acompanhada de freqüentes incursões pela Filosofia do Direito, é um julgador populista que prenunciará o sistema institucional de 30, mediante comportamento draconiano para com os oficiais superiores e indulgente para com sargentos, cabos e praças de pré.¹⁵

Globalismo, presenteísmo e funcionalidade na História

Ao lado do criticismo revisionista, os Seminários Paraibanos já se caracterizavam como certames de caráter historiográfico, globalizante, presenteísta e funcional. Ou seja, **globalizante** pelo caráter totalista das abordagens que encerrava, **presenteísta** pela preocupação com o presente, claríssima nas concepções de Miguel Reale, Samuel Duarte, Juarez Batista, José Honório Rodrigues, Abguar Bastos, Luiz Toledo Machado e Amaro Quintas, e **funcional** pela declarada intenção de conscientizar elites e povo para a problemática do Brasil contemporâneo.

Tanto o terceiro desses certames, efetivado em setembro de 79, como o quinto, datado de outubro de 81, se ajustarão a tais lineamentos, o que explica as respectivas subtítulos - “História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira: exposições e debates, naquele, e “Realidade Nordestina e Brasileira: a dinâmica dos ismos no Brasil contemporâneo”, neste.

A circunstância de que o Terceiro Seminário haja sido reunido em livro e o quinto ainda não, em nada os diferencia, esse o seu lado formal. No essencial, o que ambos representam é tentativa de lançar mão do instrumental das diversas Ciências Sociais e conexos - Literatura, Historiografia, Direito, Política, Economia, Sociologia, Antropologia, Sociologia da Religião e Jornalismo - para discussão e equacionamento dos impasses do Brasil contemporâneo. Não seria esse o compromisso maior da História, não neutra ou sectária, mas participante dos destinos da nacionalidade? Assim, pois, a questão não deixou de ser colocada no Terceiro Seminário.

Segundo Hélio Jaguaribe, “existe hoje unanimidade entre os historiadores de minha competência, no sentido de rejeitar a visão da História como desempenho do herói e situá-lo como modificações de

(15) Joffily, Geraldo Irineo - “João Pessoa e o populismo na magistratura”, *ibidem*, págs. 58-64.

(16) Jaguaribe, Hélio - Rodrigues, J. Honório - Octávio, José - **Brasil, Tempo e Cultura III**, págs. 84, 219 e 152, respectivamente.

estruturas e contextos sociais, dentro de certas circunstâncias". Para José Honório, mais radical, "já escrevi que a História está empenhada não na distração das elites, pois ela não é um entretenimento, mas em revelar a dignidade e o valor da existência humana. Ela aprofunda a experiência humana, pretende tornar mais conscientes os homens e mostrar-lhes os processos sociais e econômicos em que estão envolvidos". Sensível a tais colocações, José Octávio acrescentou que "nós não aceitamos a História paroquializada, fechada, uma História que sirva para exteriorização de ufanismos delirantes ou preconceitos de província, qualquer que seja o seu tipo. Nós entendemos que a História da Paraíba - e essa é a lição do livro de José Américo, **A Paraíba e seus problemas** - deve situar-se numa perspectiva nacional e até universal (...)"¹⁶

De certo modo, todo conteúdo de **Brasil, Tempo e Cultura III** sintoniza com essas colocações. Tratava-se, afinal, de estabelecer a interação entre História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira.

Nessa perspectiva, é que Octaciano Nogueira, em "História e pesquisa histórica no Brasil" valeu-se da Historiografia para verberar os rumos excessivamente academicistas da produção historiográfica nacional. Paulo Bonavides, em "História e Direito: o problema da História e Romanismo em Savigny", contrapôs o romanismo alemão do século XIX ao racionalismo contratualista do século XVIII para demonstrar que é aquele e não este que compagina com a História. Enquanto isso; Hélio Jaguaribe, em "História e Política: uma abordagem crítica", traçou aproximações e distinções entre essas ciências sociais para demonstrar, arrimado em exemplos da realidade brasileira, revolução russa e experiência turca de Kamal Atatürk, que o processo histórico resulta de articulação nem sempre harmônica entre os quatro grandes sub-sistemas da sociedade humana: "o sistema cultural, que produz crenças e símbolos; o sistema participacional, que produz atores, papéis e status; o político, comandos; e o econômico, mercadorias ou utilidades".¹⁷

Segundo a crítica do debatedor Leonildo Corrêa para o **Correio das Artes**¹⁸, a mais didática das exposições do Terceiro Seminário foi a de Odilon Nogueira de Matos que traçou as origens e gênese dos estudos

(16) Jaguaribe, Hélio - Rodrigues, J. Honório - Octávio, José - **Brasil, Tempo e Cultura III**, págs. 84, 219 e 152, respectivamente.

(17) Jaguaribe, Hélio - "História e Política: uma abordagem crítica, em **Brasil, Tempo e Cultura III**, pág. 63.

(18) Corrêa, Leonildo - "Um livro muito especial", em **Correio das Artes**, João Pessoa, 11-1-1981.

econômicos da História do Brasil na conferência "Fontes para a história econômica do Brasil".

História e compreensão da realidade

A insistência, mais do que histórica, fazia-se presentista e combatente, questão de certa forma retomada pelos três demais expositores do Seminário - José Octávio, Vamireh Chacon e José Honório Rodrigues.

José Octávio valeu-se do processo histórico paraibano datado da República Velha para desenvolver o tema "História presente e realidade social paraibana", por meio do qual analisou a situação econômico-social das quatro microrregiões paraibanas: Mata, Brejo, Cariri e Sertão.

Vamireh Chacon, resgatando o exato sentido da tradição radical brasileira, delineou em "História e Sociologia: a questão nordestina", os níveis da atual espoliação nordestina pelo colonialismo interno e externo, centrado no centro-sul, enquanto José Honório Rodrigues, inspirado principalmente em *The Death of the Past*, de Plumb, fulminou a confusão deliberadamente estabelecida entre "a tradição, a memória e a história", para reivindicar a autônoma desta em face daquelas, até bem porque é a História que combate pela liberdade e os direitos do povo, não raro contra a tradição e a memória, sempre imobilistas. Consoante a proposta de Rodrigues, "a tradição memorialista mistifica o passado, garante a autoridade, defende a situação dominante, consola os saudosistas e santifica os erros e máculas da História. A tradição é o antiquarismo, e a separação da História do antiquarismo é uma necessidade vital, sobretudo na fase da ação progressiva que vai caracterizar o Brasil de amanhã".¹⁹

Assim postados, os Seminários Paraibanos já repercutiam nos planos regional e nacional.

De Pernambuco, Manuel Corrêa de Andrade significava que "a leitura da série de conferências e debates que elas suscitavam nos levam a duas conclusões básicas: a primeira, de que a História não se constitui em um saber estanque, independente, a ser cultivado por especialistas, de costas para as ciências sociais, mas um enfoque da Ciência Social que representa uma grande unidade; segundo, que a História esta identificada com a sociedade no tempo e no espaço, refletindo o pensamento e os interesses

(19) Rodrigues, J. H. - "A Tradição, a Memória e a História", em *Brasil, Tempo e Cultura* III, pág. 220.

ideológicos da classe dominante que a utiliza para manter as estruturas que lhe servem de sustentação política, econômica e social".²⁰

Pelo "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, era Israel Belo de Azevedo quem assim se manifestava: "Há iniciativas culturais inúteis, porque fechadas em si; outras, frutíferas, porque abertas. Os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira, realizados anualmente em João Pessoa, incluem-se no segundo grupo, como se comprova pela leitura de **Brasil, Tempo e Cultura III**, que reúne os materiais concernentes ao terceiro da série."²¹

Os dois eixos do Quinto Seminário

À luz dessas considerações é que se deve compreender o Quinto Seminário, em outubro de 1981, como ampliação do Terceiro, não só por alguns expositores que se repetiam (Hélio Jaguaribe, José Octávio e José Honório Rodrigues), como pela insistência em se recorrer à História para compreensão de "A dinâmica do juscelinismo, tradicionalismo, constitucionalismo, conservadorismo, messianismo, coronelismo, religiosismo, jornalismo".

Em dois eixos positivou-se o Quinto Seminário. Enquanto um vetor, mais voltado para as estruturas, fixou-se nas origens da sociedade brasileira, visualizadas no constitucionalismo de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello, historicismo de Lauro Xavier/José Octavio, anti-conservadorismo de José Honório Rodrigues e coronelismo e messianismo de José Calazans, outro, mais conjuntural, por isso que de inspiração política, debruçou-se sobre o presente, projetado através do desenvolvimento regional com Aloísio Campos, juscelinismo com Maria Vitória Benevides, posições sociais da Igreja em Cândido Mendes, populismo e pós-populismo em Hélio Jaguaribe e jornalismo e processo político em Sebastião Nery.

Lances realmente representativos marcaram esse Quinto Seminário. Na conferência de Sebastião Nery, após a afirmativa de que "a Direita só dispõe de Jânio e Maluf para 84", observação plenamente confirmada pelos fatos posteriores, militantes do PT enveredaram por

(20) Andrade, M. C. - "Cultura na Paraíba", em O Norte, 27-4-81; reproduzido no **Diário de Pernambuco**. Conceitos análogos foram emitidos por João Manuel de Carvalho, "Tempo e Cultura", em O Norte, 20-2-81 e coluna "Mural" de O Escritor, nº 7, jornal da UBE, São Paulo, jan/fev/1981, p. 11.

(21) Azevedo Israel Belo de - "A prática da História", em **Jornal do Brasil**, 30-5-81, com reprod. em O Norte, 20-2-81. No mesmo sentido, Soares, Epitácio - **Diário da Borborema**, de Campina Grande, 29-1-81.

veementes críticas ao governo da Paraíba, defendido pelo próprio governador Tarcísio Burity, que se colocou no centro de discussão de mais de meia hora.

Hélio Jaguaribe, que em 1979 pleiteara democracia conservadora de massas como alternativa para os impasses da dicotomia populismo-militarismo surgiu em cena alertando contra os riscos do comunismo militar equivalente (!) ao modelo etíope... Traçando a gênese do pensamento conservador no país, José Honório Rodrigues prefigurou o então ainda inédito **Oliveira Viana e a metafísica do latifúndio**, ao insistir em que Viana se tornara "o maior pensador reacionário da História do Brasil".²²

O historiador baiano José Calazans coloca a sua palavra ao suporte de espécie de diário produzido por Antônio Conselheiro durante os acontecimentos de Canudos, enquanto Cândido Mendes assumia apaixonada defesa da Igreja da Teologia da Libertação, indagando sobre "O que são essas comunidades eclesiais de base que muitos têm como verdadeiro lobisomem?"

No universo freyreano

Deixamos deliberadamente para o final a referência ao Quarto Seminário, de que resultou a coletânea **Brasil, Tempo e Cultura IV: viagem ao universo de Gilberto Freyre**, porque foi este o seminário que, coordenado por Raimundo do Nonato Batista, melhor sintonizou com as inspirações histórico-sociais da sociedade brasileira.

Na abertura, Tarcísio Burity ressaltou as matrizes da sociologia gilbertiana, ou seja, o conceito de Nordeste, antecipado por José Américo em **A Paraíba e seus problemas**, a interpretação do Brasil que, aquecida pela Revolução de 30, ensinaria os estudos de Paulo Prado, Sérgio Buarque, Afonso Arinos de Melo Franco e Caio Prado Júnior, e, enfim, as noções de espaço cultural e tempo histórico empático situados na base de **Casa Grande & Senzala**.

Todo o desenvolvimento do certame situar-se-ia de modo a não desmerecer a enraizada concepção crítico científica dos Seminários. Verdade que o prestígio de Freyre e a circunstância de que, pela primeira vez, o Seminário Paraibano fixava-se num personagem, ao invés de elencagem temática, induziam à aparente predominância da apologia sobre a crítica, e do elogio fácil sobre a discussão. Isso, todavia, não se verificaria. Sobretudo, graças à originalidade e penetração das conferências, voltadas para as vertentes mais representativas do universo freyreano.

(22) O livro de José Honório Rodrigues sobre Oliveira Viana, dado aqui como inédito, já se encontra publicado. Constitui o tomo segundo do segundo volume da **História do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1988, Col. "Brasiliiana", série "grande formato", v. 24.

Nesse sentido, coube a Vamireh Chacon em "Tradição e modernidade em Gilberto Freyre" situar as fontes do pensamento deste. Maria do Carmo Tavares de Miranda, na mais erudita das intervenções, explicou o porquê do autor de *Sobrados e Mucambos*, como "cientista da compreensão". Em Edson Nery despontou singularíssimo traço de Gilberto Freyre, ou sejam, as antecipações de quem aliou o intuicionismo bergsoniano ao rigorismo científico de Boas e Giddings.

Entrementes, José Pedro Nicodemos e Potiguar Matos mergulharam fundo nas concepções histórico-historiográficas de Gilberto Freyre, e, enfim outro enraizado gilberteano, no caso Juarez Batista, deu expansão à criatividade, discutindo no sociólogo de Apipucos a "memória" e o "tempo" como bases para recriação da sociedade colonial nordestina.

Destaques para o Quarto Seminário, além da já mencionada conferência de Vamireh Chacon: Maria do Carmo Tavares de Miranda ("Uma interpretação não ideológica da obra de Gilberto Freyre"), Edson Nery ("Antecipações de um aprendiz"), Roberto Mota ("Gilberto Freyre, um antropólogo"), Potiguar Matos (Gilberto Freyre, o historiador"), José Pedro Nicodemos ("Gilberto Freyre, historiador social") e Juarez Batista ("A memória e o tempo na obra de Gilberto Freyre"). O volume daí resultante foi acrescido de um prefácio de Wills Leal ("A homenagem da Paraíba a Gilberto Freyre") e de palavras finais de Gilberto Freyre.

CONCLUSÕES

Os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira constituíram fecundo exercício de História cultural, política e social, daí porque não hesitarmos em recomendar suas produções como elementos de relevo na historiografia nacional. Segundo Vamireh Chacon, tais certames "foram tão importantes que hoje fazem uma grande falta à Paraíba e ao Nordeste. Todo ano, em determinado mês, as atenções regionais se voltavam para João Pessoa. Oxalá um dia alguém, com sensibilidade, reinicie o programa".²³ São também os nossos votos...

(Transcrito de *Debates de História Regional* (Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas nº 1, 1992, págs. 55-66)

(23) "Vamireh Chacon: a Nação vai se reconciliar com a Constituinte", entrevista concedida a José Octávio, em *A União*, 10-2-85.

FREITAS VALE: O MECENAS DA ARTE BRASILEIRA

Duílio Battistoni Filho

Na história cultural brasileira, os salões literários tiveram uma importância fundamental como elemento aglutinador de intelectuais sequeiros de expandir sua força criativa.

Na primeira década deste século, no Brasil, vamos assistir à decadência dos cafés. Assim sendo, a boêmia se transforma na boêmia dourada dos salões. Surge, então, uma fauna inteiramente nova de requintados, de pessoas de fino gosto que cultivam as artes como um luxo. Os novos burgueses que freqüentam esses salões primam pelo seus trajes executados com muita elegância, segundo figurinistas de Paris e Londres. São pessoas esnobes que vão constituir a juventude dourada. Aliás, o café já não se prestava mais ao ritual dessa camada superfina. Com o advento do chá, não aquele chá pacato e familiar tomado à noite, no âmbito dos casarões patriarcais, mas servido às cinco da tarde de nítida inspiração britânica, faria com que surgisse um novo tipo de reunião, dentro de uma nova mentalidade cultural.

Os salões eram lugares de reuniões burguesas de grande conotação social, onde ver os quadros, no sentido exato do termo, não era o essencial. Os quadros estavam lá, podiam não agradar em cheio à consciência estética acadêmica, mas também não havia consciência crítica formada a ponto de ver ali alguma coisa que perturbasse.

É nesse ambiente que surge a figura inigualável de Freitas Vale, o protetor das artes em São Paulo, aquele que trouxe o espírito parisiense europeu para a pacata cidade do início do século.

Natural de Alegrete, RS, José de Freitas Vale veio ao mundo a 10 de dezembro de 1870. Depois de estudos regulares diplomou-se em Direito em 1891. Foi senador da República por várias legislaturas e poeta simbolista. Muitos de seus poemas eram escritos em francês sob o pseudônimo

de Jacques d'Avray. Chegou a ganhar do poeta Alphonsus de Guimarães o título de "Príncipe do Simbolismo". Foi colaborador assíduo na imprensa paulistana e em revistas como a "Horus" de Belo Horizonte e a da Academia Paulista de Letras.

O seu palacete, chamado de Vila Kyrial, de linhas harmoniosas, ficava nas alturas de Vila Mariana, na atual rua Domingos de Moraes, bairro ainda pouco povoado, ambiente propício ao recolhimento de um poeta.

Sendo uma das residências mais luxuosas de São Paulo, na ocasião, possuía vastas dependências ricamente ornamentadas segundo o estilo "art nouveau", com sala de jogos, adega, uma rica biblioteca¹, salões, cujas paredes estavam forradas de quadros nacionais e estrangeiros, além de objetos de arte como vasos, porcelanas finíssimas, móveis antigos, medalhas raras, enfim, tudo que pudesse agradar o visitante.

Ligado ao PRP, partido do governo do Estado, Freitas Vale, admirador das artes em geral, deu uma nova dinâmica ao seu salão ao receber com carinho, em sua residência, a fina flor da intelectualidade paulista. Verdadeiro cenáculo numa São Paulo provinciana, os artistas se sentiam à vontade para discutir seus projetos, resultando daí uma convivência alegre e fraternal.

O senador gaúcho abria a sua casa às quartas-feiras para receber poetas, músicos, pintores, polítics e amigos. Discutia-se, ouvia-se música com grandes concertos de canto, piano e violino. Em um desses concertos foi apresentada e executada pelo autor, o célebre compositor francês, Darius Milhaud, em primeira audição, uma sonata para violino e piano. O maestro Sousa Lima, assíduo freqüentador do salão, numa determinada época teve que optar entre o desenho e o piano e, graças à influência de Freitas Vale, optou por este último instrumento. Havia ali regularmente conferências sobre Literatura, História e Arte. O apogeu do salão foi, sem dúvida, a segunda década do século. Aos domingos, no salão do subsolo, o almoço era a convite, nunca superior a 50 pessoas. Sua adega, segundo os especialistas era a melhor de São Paulo, predominando os vinhos franceses e italianos.

Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Coelho Neto, João do Rio e Jorge Elpons, entre outros, foram frequentadores da Vila Kyrial. Além de artistas tal casa acolhia figuras austeras como as do Dr. Washington Luís e Altino Arantes, que mais tarde ocupariam a presidência do Estado. Mas o melhor espetáculo dessas reuniões

(1) Havia na sua bibliotecam com mais de 40.000 volumes, as primeiras edições dos poetas simbolistas franceses, lançadas no início do século pelo editor Leon Vannier.

era o próprio Freitas Vale com sua conversa imaginosa e fértil, declamando os seus poemas, lembrando episódios de sua vida, transmitindo impressões de leitura, com a voz nítida e empostada e gesticulação perfeita, representando não raro, como verdadeiro ator.

Freqüentando a Vila Kyrial, Tarsila, pintora de grande prestígio, nos conta que o senador não se limitava somente em reunir esses intelectuais e sim ensinava aos jovens poetas como comer à mesa, a servir-se com propriedade dos talheres e diferentes copos, enfim civilizava e ao mesmo tempo, proporcionava um ambiente em que a etiqueta predominava.

Nos domingos de carnaval costumava haver almoços à fantasia aos quais os convidados compareciam mascarados, só se dando a conhecer quando, à mesa, iniciavam a refeição. E seguia-se o curso pela avenida Paulista, em que tomavam parte dos frequentadores do salão, tendo à frente o seu Chefe.

Oswald de Andrade, referindo-se certa vez às reuniões da Vila Kyrial definiu-as como uma "mistura que definia bem a época". Aliás foi ali que conheceu Lasar Segall recém-chegado da Europa. Sob o pseudônimo de Hélios, Menotti del Pichia, em crônicas saborosas no "Correio Paulistano", enaltecia o cavalheirismo do anfitrião em congregar artistas e escritores.

Paulo Barreto em páginas entusiástica e enfática do Pall-Mall exalta as qualidades do senhor da Vila Kyrial. Lá pelas tantas, alude "à sala de banho, vasta como a dos Césares, aos vinhos espantosos, ao órgão do salão, aos cardápios franceses, às iguarias inéditas, aos perfumes, a todos os encantos dessa casa que é uma verdadeira pinacoteca".

Muitos jovens foram beneficiados diretamente pelo senador, obtendo bolsas regiamente pagas, do pensionato para estudos na Europa. Nas artes plásticas, Tarsila, Anita, Brecheret, Wasth Rodrigues obtiveram bolsas dirigindo-se a Paris. Apesar da relutância de Freitas Vale essas bolsas forçavam o artista a apresentar testemunhos de seu aproveitamento segundo critérios do ensino acadêmico tão em voga.

O mecenato de Freitas Vale era tão digno de encômios que chegou a apadrinhar a exposição do desconhecido Lasar Segall em São Paulo, em março de 1913. Quando o célebre pintor europeu chegou ao Brasil, recebeu na sua residência a visita do senador e a do Dr. Nestor Pestana. Ambos puderam admirar os seus quadros. A par disso, a família Klabin gozava de grande prestígio na sociedade local e muito contribuiu para tal evento. Aliás, Segall se uniria pelos laços do casamento a uma jovem dessa família.

Entusiasmado pelo talento do jovem pintor, o senador organiza essa exposição com todo o requinte possível na rua São Bento, 85. A imprensa deu grande destaque ao acontecimento que recebeu um bom número de visitantes, embora assustados com o vanguardismo das telas expostas.

Em junho do mesmo ano, Segall participaria de outra exposição, desta vez, no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, já com uma melhor compreensão do público dos aspectos mais importantes de sua obra.

Com a morte de Freitas Vale a 15 de fevereiro de 1958 e a demolição em 1961 de sua mansão, terminaria um importante capítulo da história cultural de São Paulo e do Brasil.

CANA-DE-AÇÚCAR X CAFÉ

Ernani Silva BRUNO
(1912-1986)

De tal forma o bandeirismo escravista e o bandeirismo minerador, nos tempos coloniais, e mais tarde a economia cafeeira, sobretudo a partir de meados do século passado, absorveram a atenção dos pesquisadores da história de São Paulo, que certa vez um jornalista (não muito enfronhado no assunto) me perguntou, aflito:

-Em termos de atividade econômica, o que ocorreu em São Paulo entre o fim do período da mineração e a expansão da lavoura do café? Há um vácuo, que não sei como teria sido preenchido...

Disse a ele que, nesse período, haveria a lembrar o ciclo do comércio de muares (trazidos do Sul e distribuídos através da Feira de Sorocaba) e o segundo ciclo paulista do açúcar. Segundo, porque o primeiro - de breve duração e repercussão pouco sensível - ocorrera no litoral de Santos e São Vicente na segunda metade do século XVI.

Esse segundo ciclo paulista do açúcar - só em tempos recentes estudado por pesquisadores como José Honório Rodrigues, Odilon Nogueira de Matos, Lucila Hermann e Maria Teresa Schoerer Petrone, entre outros - parece que fala pouco à imaginação e à sensibilidade dos paulistas, voltados como estão para a feição épica do bandeirismo das épocas remotas e para o domínio avassalador da economia cafeeira no século passado e no atual.

Esse segundo ciclo paulista do açúcar começou a se definir, aproximadamente, no período de 1750 a 1760, consolidando-se, em seguida, no tempo da restauração da Capitania de São Paulo, em 1765. Já em 1767, o governador da Capitania, Morgado de Mateus, em um dos seus relatórios para Lisboa, falando dos produtos agrícolas que podiam sobejar e, portanto, ser exportados pelo porto de Santos, referia-se aos "açúcares de Itu" - acrescentando, em correspondência do ano seguinte, que "...o açúcar é mais

barato porque se fabrica de engenhoca, com pouco custo, sem as graves despesas dos engenhos antigos...”

Sabe-se que da região de Itu, o cultivo da cana e a fabricação do açúcar se expandiriam, em torno de 1770, para o distrito de Campinas e daí para todo o “quadrilátero central” de São Paulo, compreendido entre as vilas de Jundiá, Porto Feliz, Piracicaba e Mogi-Guaçu.

Quase na mesma época a indústria açucareira se implantaria ou se consolidaria em outras regiões paulistas. No Vale do Paraíba, uma pesquisadora fixou o ano de 1770 como o do início ali do Ciclo dos Engenhos, que contribuiria para a formação das povoações de Areias, Cachoeira, Cruzeiro, Silveiras, São José do Barreiro, Queluz e Bananal. E no litoral Norte (Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela), onde a produção de açúcar e aguardente permitiu a instalação de grandes propriedades, algumas cujas sedes, de notável arquitetura, chegaram até os nossos dias.

Mas tudo indica que a maior produção de açúcar ocorria no distrito de Itu, onde já havia, em 1785, cerca de 70 engenhos, cujos proprietários - segundo documentos da época - “andavam procurando compradores até a grande distância do Rio de Janeiro”. De poucos anos depois conhece-se uma ordem do governador da capitania aos capitães-mores de vilas e outras autoridades locais para que aprontassem todas as tropas cargueiras necessárias para o transporte de açúcar para o porto de Santos. Esse transporte oferecia sérias dificuldades. E ainda em fins do século XVIII, outro governador da capitania escrevia que, em consequência da umidade que recebia pelo caminho até o encaixotamento no porto de Santos, o produto desvalorizava-se, por causa dos jacás malforrados em que era conduzido.

Entretanto, a despeito de tais fatores adversos, os lavradores de cana e os senhores de engenho (engenheiros, como se dizia na época) eram, na Capitania de São Paulo, os homens mais ricos e os mais importantes na escala social, desfrutando certos privilégios. Em 1789, o governador ordenava ao capitão-mór da vila de Itu que chamasse os senhores de engenho e lhes dissesse que estavam livres do recrutamento militar, a fim de que ficassem “desde logo isentos para só cuidarem de suas fábricas”.

Tratava-se, todavia, ainda de uma indústria nascente em São Paulo, não suportando confronto com a que se estabelecera, desde tempos remotos, em outras regiões da América portuguesa. No fim do século XVIII, as mil caixas de açúcar exportadas pelo porto de Santos (com mais alguma coisa que saísse pelo porto de Ubatuba) não faziam boa figura ao lado das

nove mil que se exportaram pelo Rio de Janeiro, das 14 mil, de Pernambuco, das 20 mil, da Bahia.

A espécie de cana cultivada em São Paulo (como em outras partes do Brasil) até o começo do século XIX era uma só, e por isso chamada **crioula**. Só nesse tempo começou a se difundir outra variedade mais resistente, a cana de Caiena ou **otaiti**, já se fazendo, cerca de 1818, em terras de Campinas, mais uso desta última, cujos pés chegava a dez ou doze palmos de altura.

Espremiavam-se as canas em moendas que em nada diferiam daquelas utilizadas tradicionalmente em todas as áreas açucareiras do Brasil, feitas de grossos cilindros de madeira e que funcionavam movidas pela força de animais ou de água. Entretanto, em 1812, montou-se na fazenda campineira de Joaquim dos Santos Camargo o primeiro engenho de maquinismo horizontal para moagem de cana, por meio de cilindros de ferro, inovação que acarretou notável melhoria na indústria do açúcar.

Depoimento curioso e interessante sobre o assunto é o do naturalista Saint-Hilaire, que, viajando em 1819 de Minas Gerais para a cidade de São Paulo, observava: "É com a paróquia de Mogi-Guaçu que começa a vasta extensão de terras, muito povoada, que em toda a província de São Paulo produz maior quantidade de cana-de-açúcar". Acrescentava o botânico francês que as lavouras canavieiras primeiro haviam se estabelecido na área ituana, pois se acreditava que as terras pretas daquela região eram as únicas adequadas para o cultivo da cana. Mas que depois se ensaiara essa lavoura, com bons resultados, também nas terras roxas de Campinas.

Percorrendo poucos anos depois o Vale do Paraíba, o mesmo viajante notava que entre o território fluminense e a vila de Lorena, as pessoas mais abastadas deviam sua situação à produção de açúcar. Mantinham-se, nessa época, os privilégios atribuídos aos senhores de engenho em tempos anteriores, pois ainda em 1821 o governo provisório da província determinava que se cumprisse, com escrúpulo, a ordem de que não fossem chamados ao serviço militar os administradores e feitores de engenhos de açúcar, nem os proprietários deles quando não tivessem administradores ou feitores.

Existem referências à melhoria das técnicas de produção do açúcar em São Paulo, nas décadas seguintes. Assim, em 1836 - segundo o conhecido "quadro estatístico" publicado por Daniel Pedro Müller -, já se moíam as canas "com cilindros de ferro e rodas dentadas, fabricados no Ipanema", "uns servindo-se da posição vertical, outros já da horizontal".

Também nessa época já se ensaiava a melhoria das fornalhas para se poupar o combustível, “por métodos que têm por objeto encaminhar a chama pelo fundo das caldeiras”.

Mas, curiosamente, já nesse tempo se esboçava o declínio da indústria açucareira no planalto paulista. “Desde muitos anos - escrevia Alphonse Rendu em seu livro *Études topographiques, medicales et agronomiques sur le Brésil* - os cultivadores da província de São Paulo abandonaram a cultura da cana-de-açúcar” talvez pelo esgotamento das terras canavieiras de Itu e de Campinas.

Essa situação era retratada, alguns anos depois - em 1864 - no relatório da própria presidência da província, nestas palavras: “A cultura da cana tem sido quase abandonada. Os fazendeiros preferem a do café, não só por ser mais fácil e vantajosa, como também por menos sujeita às avarias e menos danosa aos escravos. Este abandono ainda mais se acentuou pela baixa do preço que sofreu o açúcar no mercado nestes dois últimos anos, em consequência do excesso de produção”.

No ano seguinte, passando pela região de Campinas, o Visconde de Taunay também registrava esse declínio da cultura canavieira em benefício da cafeeira, escrevendo: “Antigamente havia muita cultura de açúcar, mas essa foi abandonada à vista dos muito maiores proventos do café”.

O processo de substituição da lavoura da cana pela do café, às vezes dentro da mesma propriedade agrícola, foi documentado inclusive por memorialistas como Amélia de Rezende Martins, em seu livro *Um idealista realizador*, falando da vida de seu pai, o grande fazendeiro Barão Geraldo de Rezende: “A fazenda de cana, que em 1852 contara com a plantação do primeiro cafezal, com a nova direção se foi transformando quase totalmente em fazenda de café”. Mais abrangente ainda é o depoimento de Maria Pais de Barros (*No tempo de dantes*), referindo-se também a uma propriedade campineira na década de 1860 a 1870: “A fazenda não era grande, mas excelentes as terras, outrora, para a cultura da cana. Disso só restavam os destroços do velho engenho, ao lado do açude que represava a água do tanque, força motriz da roda-d'água da máquina. Agora, a exemplo de muitos outros fazendeiros, abandonava-se a antiga cultura e tratava-se de fazer grandes plantações de café, que davam enormes lucros”.

Se se tentar fazer um balanço desse segundo ciclo paulista do açúcar, que ocorreu das últimas décadas do século XVIII até aproximadamente a metade do século passado - a partir de quando o café assumiria de forma

absorvente o comando da economia de São Paulo - , constata-se que ele representou o grande fator que estabilizou, na agricultura, um povo aventureiro e quase nômade, criou a possibilidade de um comércio de exportação para o Reino de Portugal, estimulou a importação de muares do Sul do País (para formação de tropas cargueiras), e impôs a melhoria do Caminho do Mar.

Uma nova fase na história do açúcar em São Paulo só se iniciaria a partir de 1876, através da fundação dos chamados "engenhos centrais" em Lorena, Piracicaba, Capivari e Porto Feliz, em condições já bem diversas das anteriores, pois os produtores puderam contar com o recurso de equipamentos mais modernos e com o suporte das estradas de ferro para o transporte da mercadoria.

A atividade dos engenhos centrais seria, de certa forma, o esboço de uma espécie de terceiro ciclo paulista do açúcar. Ciclo que permitiria que São Paulo, dos últimos anos do século passado até a época da Primeira Guerra Mundial - em período de apogeu da economia cafeeira passasse à posição de primeiro lugar entre os Estados produtores de açúcar no Brasil

(Transcrito de **D. O. Leitura**, São Paulo, junho de 1986- Reproduzido em o número 100, setembro de 1990, da mesma publicação).

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Bastos, Wilson de Lima - A Fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes. Juiz de Fora, Paraibuna, 1992.

"O presente trabalho prende-se a um inconfidente, o exilado José Aires Gomes, e à sua histórica Fazenda da Borda do Campo, esta que subsiste ao tempo, em perfeito estado de conservação. O velho casarão tem a sua história, foi palco de encontros e conversas de quantos por ali passavam. Conquanto pouco difundida ao conhecimento da novas gerações, teve um grande e heróico desempenho antes, durante e depois da Conjuração Mineira. É uma das pedras de alto valor do mosaico que o historiador Wilson de Lima Bastos e o General Antônio Carlos de Andrada Serpa, em seu longo e brilhante prefácio, oferecem aos estudiosos do grande movimento revolucionário, ao qual se imolaram o mártir Tiradentes e seus companheiros de exílio" (Da apresentação). Documento precioso e exemplo valioso da história de uma propriedade, assunto tão pouco cuidado nas pesquisas de nossa história.

O rastreamento feito pelo autor ao longo dos anos para nos mostrar a crônica da histórica propriedade é realmente modelar como trabalho de reconstituição histórica. Em apêndice, mas ocupando quase metade do volume, a genealogia, provavelmente completa, da descendência de José Aires Gomes, à qual o autor se orgulha de pertencer. ONM (Cortesia do autor).

Lacerda, Arthur Virmond de - A República Positivista: teoria e ação no pensamento político de Augusto Comte. Curitiba, Centro Positivista do Paraná, 1993.

"O autor aborda o pensamento político de Augusto Comte, o fundador do Positivismo. Começa acompanhando-o em seu trabalho de 1822 (plano dos trabalhos necessários para reorganizar a sociedade), em que formula sua lei dos três estados e aponta a necessidade de se elevar a política à condição de ciência. O capítulo 2º percorre a série dos 56 imperantes da antiga Roma, para demonstrar que seu modo de sucessão inspirou Comte ao adotar o princípio da "hereditariedade sociocrática". Preparatório ao 4º, o capítulo 3º revela em que sentido Comte emprega o vocábulo "ditadura", que no sinônimo "ditadura republicana" será o tema do capítulo sucessivo, fulcro polêmico do trabalho, descrevendo o presidencialismo de liberdades de Positivismo. O capítulo 5º descreve a ação dos positivistas no advento e organização da

república brasileira, incluindo sua contribuição na carta de 1891 e na de Júlio de Castilhos. Pedidos para o autor, rua Lamenha Lins, 213, Curitiba, Pr, 80250-020". (Nota do autor).

Nogueira, Oracy - Negro político, político negro. São Paulo, Edusp/Livraria Cultura, 1992.

Negro político, político negro nasceu do interesse pessoal do autor em estudar a vida social e política do médico negro Alfredo Casemiro da Rocha, dando assim continuidade aos estudos que já havia feito sobre a situação racial brasileira. Dr. Rocha foi um caso especial de ascensão política e social de um homem negro em pleno final de século XIX e começo de XX. O autor pintou a biografia de sua personagem com as cores do relato político de uma época, preenchendo com a ficção as eventuais lacunas deixadas pelos fatos reais e pela correspondência do Dr. Rocha com seus amigos, correligionários e familiares. Dessa combinação resultou um livro ao mesmo tempo informativo e crítico. A vida da Casemiro da Rocha é o retrato das relações entre brancos e negros no Brasil pós-abolição de escravatura. Coloca o diálogo difícil entre um discurso repleto de preconceitos contra a raça negra e as respostas, nem sempre conciliadoras, do negro Dr. Rocha à maioria branca da cidade de Cunha. As marcas dessa situação estão presentes em todas as facetas da vida do médico. Socialmente ele foi um exemplo de ascensão bem sucedida: fazia parte da elite, freqüentava as casas dos ricos e poderosos, era respeitado e valorizado por toda a população, como médico, político e cidadão. Na política, foi vereador, deputado estadual e federal, ganhando mais prestígio a cada mandato exercido. Na vida amorosa, encontrou o maior preconceito: era inadmissível, segundo a sociedade de Cunha, um homem negro casar-se com uma mulher branca; em resposta, o Dr. Rocha viveu com duas mulheres brancas, "oficializando" seu segundo casamento tardiamente, após muitos anos de convivência conjugal. Em seu prefácio, Antônio Cândido ressalta a expressividade com que Oracy Nogueira expõe a teia das relações entre indivíduo e sociedade, retratando a interação entre as duas partes e os resultados desse processo. Como observa o crítico, "este livro é bom exemplo de análise sem preconceitos classificatórios, pois Oracy Nogueira não trepidou em desamarrar as próprias reações, sem prejuízo do trabalho rigoroso de investigação. Resultou um escrito situado acima dos gêneros, cuja leitura é um prazer ininterrupto".

Pítsica, Paschoal Apóstolo - A Capitania de Santa Catarina: alguns momentos. Florianópolis, Fundação Franklin Cascaes/Editora Lunardelli/Fundação Catarinense de Cultura, 1993.

Bem escreveu o Prof. Walter F. Piazza, prefaciando esse livro, ser ele "um valioso repositório de informações", e afirmando, ainda, que, mesmo sem ser

uma obra histórica “no sentido formal do termo, com o enquadramento factual ou com o encadeamento de uma síntese”, não deixa de ser “uma belíssima história da capitania catarinense, porquanto assinala, através do episódico, alguns momentos bem ilustrativos da vida catarinense, vasculhando os mais recônditos escaninhos da nossa História”. Que mais se poderia dizer para recomendar esse livro? Aliás, não são “alguns momentos” que o autor enfoca, mas “muitos momentos”, abrangendo um período de quase cem anos (1738-1822), com “momentos” (alguns ou muitos, não vem ao caso) bem ilustrativos, como lembrou o prefaciador, que ainda acentua que ela “faz-nos refletir sobre a grandiosidade de nossa História, que muito está a esperar dos que ela se dedicam. Figura de intensa participação na vida de seu Estado, integrante de suas mais expressivas instituições culturais, inclusive presidente da Academia Catarinense de Letras, em tudo quanto escreve ou fala há uma presença constante e acentuada da terra catarinense. Teve, ainda, a preocupação louvável de anexar numerosos documentos comprobatórios de temas e aspectos abordados no livro, quase todos já publicados, é certo, mas em livros ou publicações antigas de difícil acesso, provavelmente, ao leitor de hoje, daí a oportunidade de sua reprodução. Valiosos, por exemplo (entre outros) a informação sobre Santa Catarina ao governador Francisco Soares Menezes (p. 138/150) ou o regulamento “para condução dos casais açorianos à Ilha de Santa Catarina” (p. 104/109). Bibliografia alusiva a cada uma dos tópicos completa o volume. Na capa, expressiva reprodução de detalhe de uma vista “do Desterro”, em 1802, da obra do navegador russo Krusenstern. ONM. (Cortesia do autor).

Teixeira, Palmira Petratti - A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

“Na primeira metade do século XX nem todos os empresários brasileiros eram ‘capitalistas selvagens’ ou se enquadravam facilmente no estereótipo de total insensibilidade para com as reivindicações sociais do proletariado. Jorge Street, industrial progressistas do setor têtil durante a Primeira República, posava para fotografias ao lado de figuras eminentes cujos sobrenomes eram Matarazzo, Álvares Penteado ou Guinle, mas pensava diferente. Rotulado de ‘capitalista’, ‘tartufo’ ou ‘simples burguês’ pela imprensa operária da época, taxado de ‘socialista utópico’ por seus pares da FIESP, ele era um homem incomum, personalidade multifacetada e controversa que conjugava um nacionalismo exacerbado com idéias modernizantes, como a defesa dos direitos de sindicalização e de greve, e chegou a idealizar e construir para seus empregados a Vila Operária Maria Zélia, modelar para a época, e que já em 1917 contava com creches, jardim-de-infância, escolas primárias, farmácia e armazém. Neste livro, quase uma biografia, a historiadora Palmira Petratti Teixeira reconstrói a trajetória de Jorge Street desde os tempos da Faculdade de Medicina e dos estudos na

Europa até a compra das ações da Companhia Fábrica São João - produtora de sacaria de juta - no Rio de Janeiro em 1894 e sua atuação na CIESP, FIESP e no Ministério do Trabalho, onde contribuiu fundamentalmente para a legislação trabalhista criada durante o primeiro governo Vargas. Através de seus discursos e dos depoimentos de pessoas que trabalharam e moraram na Vila Maria Zélia, bem como dos editoriais da imprensa de então, **A fábrica do sonho** é um estudo revelador sobre as pessoas e a conjuntura existente no início da industrialização do Brasil, quando levas de imigrantes desembarcavam em Santos e Jorge Street, vivendo à frente de seu tempo, transformava sonhos em realidade". Esta nota, colocada numa das orelhas do volume, diz bem do volume, sem que precisemos acrescentar qualquer outro parecer. Modelar trabalho de pesquisa com sábio aproveitamento das fontes. (Cortesia da autora)

PERIÓDICOS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. 86. São Paulo, 1991. **Conteúdo:** 435 anos de Piratininga (Duílio Crispim Farina); Ibrahim (Silveira Peixoto); Júlio de Mesquita Filho, o Democrata (Roberto Machado Carvalho); Um homem integral (J. Pereira); Lourenço Filho, o Educador (Moisés Gicovate); Tomás Oscar Marcondes de Souza (Odilon Nogueira de Matos); Breve notícia sobre Frei Galvão (Paulo Pereira dos Reis); Theodor Koch-Gruenberg, Macunaíma e Mário de Andrade (Walter Pinheiro Guerra); O alemão que descobriu a América (José da Veiga Oliveira); "Non ducor, duco" história de um brasão de armas (Célio S. Debes); Capítulo inicial da História da Educação no Brasil: as escolas e as confrarias de Manuel da Nóbrega (Délio Freire dos Santos); Sessenta e cinco anos da Semana de Vinte e Dois (Desidério Alfredo Fontana); O massacre de Venda Grande (Celso Maria de Melo Pupo); Revolução paulista de 1932: operações militares (Cláudio Moreira Bento); Epígonos de Nóbrega e Anchieta na história de Indaiatuba (Pe. Hélio Abranches Viotti SJ); A fundação de Ituverava: para revisão histórica (José Geraldo Evangelista); A experiência republicana e a movimentação dos grupos sociais no Brasil (Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci); A República e a Literatura (Antonio Roberto de Paula Leite); Bibliotecas, livros e papéis (Adérito Calado); Discurso de posse (Walter Pinheiro Guerra); Raul de Andrada e Silva (Odilon Nogueira de Matos e Paulo Bonfim); Moisés Gicovate (Roberto Machado Carvalho); Cinquentenário do falecimento de D. Duarte Leopoldo e Silva (Adérito Calado); Consultoria Jurídica da Polícia Militar de São Paulo (Reginaldo Moreira de Miranda); A cidade, a padroeira e sua festa (Maria Amália Corrêa Giffoni). Atas, expediente, relatórios.

Revista da SBPH - Sociedade Brasileira da Pesquisa Histórica. N° 6. Curitiba, 1991. **Conteúdo:** Nobreza francesa no século XIX: uma problemática no estudo das elites revolucionárias (David Higg); Arranjo. amor, afeição: o casamento na sociedade burguesa no século XIX (Adelino Daumard); Um problema epistemológico iluminista: a sucessão histórica nos "Quadros de Ferro" do paradigma newtoniano (Arno Wehling); Um episódio obscuro no Primeiro Império: o levante dos Periquitos na Bahia (Luiz Henrique Dias Tavares); A vinda de congregações estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro-sul do Brasil (Augustin Wernet); Relatos estrangeiros de interesse para a história catarinense (Odilon Nogueira de Matos e Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci); A aristocracia e a burguesia brasileiras e o mundo das corridas (Jean Pierre Blay). Resenhas; noticiário; noticiário bibliográfico.

Revista da SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. N° 7, Curitiba, 1992. **Sumário:** A inquisição no Paraná (Luiz Mott); A regulamentação da sexualidade ilícita no período colonial (Elia Goldschmidt); Uma réstia de luz: Rodrigo de Souza Coutinho, a criação do Seminário de Olinda (Guilherme Pereira das Neves); No centenário da "Rerum Novarum": a doutrina católica sobre o capitalismo (Ivan A. Manoel); Separação da Igreja do Estado: o Congresso e a legação junto à Santa Sé (Clodoaldo Bueno); Religião e imigração no Brasil meridional (Altiva Pilatti Balhana); Antigas irmandades e as novas associações religiosas (Augustin Wernet); Terras devolutas no Brasil (Odah Regina Guimarães Costa); Produção e desenvolvimento nos anos 30 (Benedito Heloix Nascimento). Notas de pesquisa; resenhas; noticiário.

MEMÓRIA CAMPINEÍRA (48)

TOMÁS ALVES

Lycurgo de Castro Santos Filho

Nascido no Rio de Janeiro a 24 de dezembro de 1856 e falecido em Campinas a 23 de abril de 1920, era filho de Tomás Alves Júnior, bacharel em direito pela Academia de São Paulo, lente da Escola Militar do Rio de Janeiro, conselheiro do Imperador e presidente da província de Sergipe, e de Emília Augusta de Melo. Formou-se em medicina em fins de 1881 e fixou-se em Campinas, onde exerceu a profissão, em janeiro de 1882. Profissional de renome, querido dos pacientes, foi chamado o “médico da pobreza”. Ligou o nome à Maternidade de Campinas, da qual era um dos fundadores. Casou-se a 27 de outubro de 1883 com Maria Etelvina de Morais Sales, de tradicional família, não deixando descendência.

Estabelecido em Campinas, publicou no conhecido diário “Gazeta de Campinas”, de 14 de maio a 10 de dezembro de 1882, 14 folhetins sob o pseudônimo de “X”. Depois, por dois anos, escreveu fantasias sobre temas folclóricos, não assinando os artigos*. Finalmente, a 9 de agosto de 1884 saiu seu último folhetim, sob o pseudônimo ainda de “X”. Não mais escreveu e nem publicou um “romance de costumes puramente fluminenses”, que aprontara e fora anunciado pela “Gazeta de Campinas”.

Tomás Alves foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Campinas. Era de estatura baixa, cheio de corpo, de tez clara, sem barba, de bigode e cabelos castanho-claros, olhos azuis. Elegante no trajar, sempre com um vistoso alfinete de pérola na gravata, dir-se-ia um tipo inglês, Bebia

(*) “Alfa”, que seria Alberto Faria, assinalou na “Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes”, de Campinas, de 31-12-1915, a contribuição da pena de Tomás, contribuição “fugitiva e anônima” aos jornais “Cidade de Campinas” e “Correio de Campinas”, na década de 1890. Será difícil a comprovação.

uísque, - costume incomum na época -, que adquirira em Londres, quando lá passou oito meses para se curar de uma infecção adquirida em um dos dedos da mão esquerda, ao partejar uma pobre mulher de bairro operário da Ponte Preta. Era alegre, extrovertido. Todas as tardes, depois das consultas, bebia o seu uísque no Bar do Barsotti, em pleno centro da cidade, em roda de amigos. Corria à boca pequena que diagnosticava com mestria em estado de euforia alcóolica. O fato é que era estimado pelo povo. Recebeu em 1915 um automóvel, presente dos clientes que se cotizaram para a oferta. Anteriormente só se locomovia em um trole.

Seu enterro foi apoteótico. E a sua memória reverenciada por várias formas. Abriu-se uma avenida central na cidade, e ela recebeu o seu nome. Ergueram-lhe três monumentos: o seu busto de bronze figura nos jardins da Maternidade; uma sua herma, de bronze, situa-se em seu mausoléu no cemitério da Saudade, entre piras votivas, vasos de bronze, como as piras, e uma estátua de anjo em mármore. O terceiro é grandioso e localiza-se no centro do Jardim Carlos Gomes. De granito rosa, o monumento figura um pórtico ou êxedra, com o seu busto de bronze e mais três alegorias que representam, respectivamente, a cidade de Campinas, a Medicina e a Gratidão.

Ninguém como Tomás Alves mereceu tantas homenagens na cidade que escolheu para viver e onde para sempre, sepultado e recordado.

(Parte final da conferência “Tomás Alves ‘versus’ Camilo Castelo Branco”, pronunciada na Academia Carioca de Letras, do Rio de Janeiro, a 13 de novembro de 1979, e publicada em o nº 103 (nov. de 1983) da “Revista da Academia Paulista de Letras”, págs. 47 a 57).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

APRESENTAÇÃO DO ATO ADICIONAL (Limpo de ABREU)

“A câmara dos Srs. Deputados, tendo ultimado as reformas da Constituição do Império, nos envia em solene deputação para termos a honra de apresentar a V.M. Imperial o fruto de suas meditações e trabalhos. Este benefício reclamado há muito tempo pelo progressivo incremento da civilização e das luzes, e pelas crescentes necessidades das províncias, este benefício que o Brasil, a despeito dos estímulos de um patriotismo ardente, aguardou, respeitoso da ação ordinária da lei, é o monumento novo nos fastos da sua história política, que hoje deposita cheio de confiança nas augustas mãos de V.M. Imperial.

Investida pelo sufrágio livre dos eleitores da privativa autoridade de concluir a obra da reforma, a Câmara dos Deputados, cõnschia de toda a extensão de seus deveres, de toda a responsabilidade que contraíra com a nação, não podia ser nem mais fiel à lei de 12 de outubro de 1832, que traçara o círculo do seu poder constituinte, nem mais solicita em conferir às províncias todos os recursos necessários à sua existência.

A capacidade nacional, que deve exaltar mais que tudo o justo preço do patriotismo, prevalece af acima de mesquinhas considerações locais; os objetos provinciais acham-se cautelosamente descritos, e extremados para se evitarem, destarte, os conflitos e as lutas intermináveis, que tão fatais podem ser aos interesses dos povos, comprometendo a sua paz e segurança; a unidade e energia de ação, sem as quais o corpo social enlanguece e definha, são conservados no governo geral para poder preencher com vantagens do Estado as variadas e difíceis obrigações a seu cargo; o princípio federal, amplamente desenvolvido, recebe apenas na sua aplicação aquelas modificações que são filhas do estudo e da experiência das nações mais

cultas; respeita-se, enfim, religiosamente a forma de governo que a nação adotou e que tem contribuído nas maiores crises para salvá-la do embate das paixões e dos partidos, e as prerrogativas da coroa imperial adquirem novo esplendor e realce. Senhor, esta obra verdadeiramente da nação, organizada pelos representantes a quem ela delegou esta missão importante, oferece a estrutura de um governo que parece ter sido até agora na Europa o sonho de alguns políticos, mas que vai ser uma realidade na América, uma monarquia sustentada por instituições populares.

São estes também os elementos mais sólidos da conservação das monarquias. Releva, pois, Senhor, que V.M. Imperial se digne de mandar promulgar esta lei de reforma, penhor da união das províncias, objeto dos votos e esperanças da nação a que preside, para que a sua execução faça sentir quanto antes todos os melhoramentos, e a par deles a prosperidade geral que promete e assegura. Este ato, Senhor, em que as idéias de um dever sagrado se entrelaçam com os desejos, com as inclinações do príncipe constitucional, que sob os mais felizes auspícios subiu ao trono deste vasto Império no memorável dia 7 de abril, erigirá ao nome augusto de V. M. Imperial um padrão de eterna glória, propício aos brasileiros que o adoram e a liberdade de todas as nações.”

(Discurso proferido por Antonio Paulino Limpo de Abreu, a 9 de agosto de 1834, em nome dos deputados que foram apresentar à Regência os autógrafos do Ato Adicional. Bonavides, Paulo/Vieira, R. A. Amaral, **Textos políticos da História do Brasil**, p. 256-257. Fortaleza, Imprensa Universitária da Univ. Fed. do Ceará, s. d.

*

O SISTEMA DO UNIVERSO (Copérnico)

Visto que outros antes de mim tinham ousado imaginar uma multidão de círculos para demonstrar os fenômenos astronômicos, pensei que poderia também permitir-me examinar se, supondo a Terra móvel, não se conseguiria encontrar sobre a revolução dos corpos celestes, demonstrações mais sólidas que essas.

Depois de longas investigações, convenci-me, por fim de:

que o sol é uma estrela fixa rodeada de planetas que giram em volta dela e de que ela é o centro e a chama;

que, além dos planetas principais, há outros de segunda ordem que circulam primeiro como satélites em redor dos planetas principais e com estes em redor do sol;

que a Terra é um planeta principal, sujeito a um tríplice movimento;

que todos os fenômenos dos movimentos diurno e anual, a volta periódica das estações, todas as vicissitudes da luz e da temperatura da atmosfera que os acompanham, são o resultado da revolução da Terra em redor do seu eixo e do seu movimento periódico em redor do sol;

que o curso aparente das estrelas não passa de uma ilusão ótica, produzida pelo movimento real da Terra e pelas oscilações do seu eixo;

enfim, que o movimento de todos os planetas dá lugar a uma dupla ordem de fenômenos, que é essencial distinguir, dos quais uns derivam do movimento da Terra, outros da revolução destes planetas em redor do sol.

Não duvido de que os matemáticos sejam da minha opinião, se quiserem dar-se ao trabalho de tomar conhecimento, não superficialmente mas duma maneira aprofundada, das demonstrações que darei nesta obra.

Se alguns homens ligeiros e ignorantes quiserem cometer contra mim o abuso de invocar alguns passos da Escritura sagrada, a que torçam o sentido, desprezarei os seus ataques: as verdades matemáticas não devem ser julgadas senão por matemáticos.

(De Revolutionibus orbium caelestium,
"apud" Freitas, Gustavo de 900 textos de
documentos de História, II, p. 182-183.
Lisboa, Plátano Editora, (1976)).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Padre Rafael Maria GALANTI (1840-1917)

Nascido na Itália a 15 de novembro de 1840, ingressou na Companhia de Jesus aos 19 anos de idade. Veio ao Brasil pela primeira vez em 1867, lecionando por dois anos no Colégio Santíssimo Salvador, na capital catarinense, então denominada Desterro. Voltou à Europa a fim de concluir seus estudos. Encontrava-se em Roma quando as tropas piemontesas ocuparam a cidade, na campanha pela unificação da Itália, em 1870. Galanti transferiu-se para a Inglaterra, onde se ordenou sacerdote, e daí mudou-se para a Bélgica, a fim de completar sua formação.

Em 1874, ei-lo de volta ao Brasil, de onde nunca mais saiu. Designado para o Colégio São Luís, de Itu, aí permaneceu por quatro anos, quando, a convite do bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, foi auxiliá-lo em obra missionária na extensa diocese do norte do Brasil, o que lhe propiciou a oportunidade de viajar por boa parte da Amazônia e também por outras províncias do Norte. Finda a missão, retornou a Itu onde permaneceu 17 anos seguidos. Transferido para Nova Friburgo, na bela cidade fluminense faleceu a 2 de agosto de 1917, após prolongada enfermidade.

Entre 1896 e 1910 empreendeu a publicação da obra que lhe deu renome, o **Compêndio de História do Brasil**, em cinco alentados volumes, reeditados entre 1911 e 1913, nas duas edições pela Tipografia Duprat, de São Paulo. O ter elaborado obra tão vasta (para a qual o título "Compêndio" é pouco adequado) e tão ricamente expositiva e na qual muitas gerações hauriram seus conhecimentos de História do Brasil (tal como aconteceu posteriormente com as obras de João Ribeiro, Rocha Pombo, Veiga Cabral, entre outros), dá ao Padre Rafael Galanti acentuado relevo entre os cultores de nossa História, notadamente entre os autores que, desde o século passado, empenharam-se na exposição de nossos fastos históricos, com um caráter praticamente didático, mas transcendendo de muito a esse objetivo, não só pela extensão da obra, como pela riqueza do conteúdo nela existente, superior a muitas obras similares, sugerida por bibliografia selecionada e

credenciada e especialmente no volume sobre os últimos anos do Império e primeiros tempos da República, utilizando a imprensa como precioso material de trabalho. Chega a confessar, mesmo, ao tratar do fim da escravidão, o quanto ficou devendo a um excelente amigo de Poços de Caldas - conhecido médico dr. Pedro Sanches de Lemos -, que pôs à sua disposição riquíssimo material, sem o qual, conforme modestamente declarou, provavelmente não teria enriquecido sua obra com dados tão preciosos.

Ao fundar-se em São Paulo, a Academia Paulista de História, em fins de 1972, foi o nome do Padre Rafael Galanti lembrado para patrono de uma das cadeiras do sodalício precisamente a que coube ao seu "Irmão de Ordem", o eminente historiador, também jesuíta, Padre Hélio Abranches Viotti, titular também da Academia Paulista de Letras e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De seu patrono, traçou o Padre Viotti excelente perfil, incluído em o nº 95 desta publicação, e do qual nos utilizamos para a composição desta nota. É do nosso preclaro confrade os seguintes conceitos acerca de seu patrono: "Pela minuciosa divisão dos assuntos, constituíram os livros do Padre Galanti inovação para a época e ainda hoje se apresentam de grande utilidade".

Não tendo sido reeditados, a não ser uma só vez, os cinco volumes de sua **História do Brasil** tornaram-se de extrema raridade. Seus possuidores prezam-nos muito, como excelente fonte de consulta. Outros livros de menores proporções fizeram jus a maior divulgação, mas também hoje são raridades: o **Compêndio de História Universal**, as **Biografias de brasileiros ilustres**, as **Lições de História do Brasil** e, finalmente, uma **Pequena História do Brasil**, que Viotti considera "prodígio de condensação".

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a diversas outras entidades culturais do País. ONM

SELETA

FIM DO CATIVEIRO

Pe. Rafael Maria Galanti

Novo passo na caminho da abolição. Por nove anos descansou em paz a questão da escravatura; porém, em 1880, durante o ministério de José Antônio Saraiva e a sessão extraordinária das câmaras, que começou A 15 de abril, Nabuco de Araújo interpelou mais uma vez o ministério a respeito do elemento servil afirmando que no programa de um ministério prudente e avisado deveria ser incluído esse assunto mais que todos grave e urgente; pois cumpria quanto antes extinguir a escravatura ainda existente no Império. Respondeu-lhe o presidente do Conselho que considerava inoportuna a questão, porque esse assunto se ligava a todos os interesses sociais, políticos e econômicos, e que, por conseguinte, não se podia resolver senão depois de demonstrada claramente a sua necessidade. Tudo, pois, por enquanto ficou no mesmo estado. Tendo-se, porém, a 3 de maio, aberta a sessão ordinária das câmaras, Nabuco renovou o assalto na ocasião de se discutir a resposta à fala do trono. Saraiva respondeu, pouco mais ou menos, da mesma sorte.

O ministério Lustosa Paranaguá, que subiu em princípios de junho de 82, prometeu fazer com que se apressasse a emancipação do elemento servil, porque ela não podia conservar-se indefinidamente limitada às disposições da lei de 1871. Nada, porém, se fez naquele ano. Contudo a fala do trono em 1883 incluiu o período seguinte: "Fazendo justiça a vossos sentimentos, espero que não vos esqueçais da gradual extinção do elemento servil; adotando medidas que determinem sua localização, assim como outras que auxiliem a iniciativa individual de acordo com o pensamento da lei de 28 de setembro de 1871."

O Ministério Lafaiete, inaugurado a 24 de maio desse mesmo ano de 83, apresentou a proposta de localização dos escravos, vedando a saída deles de uma para outra província. Lançava ao mesmo tempo um tributo anual sobre cada um deles a fim de elevar o fundo de emancipação,

e modificava o processo judiciário para as alforrias forçadas. Ao ministério Lafaiete sucedeu a 6 de julho de 84 o de Souza Dantas, o qual, no dia 9, apresentando-se à câmara, declarou que ia ocupar-se do elemento servil, cuja extinção cumpria adiantar para que o Império ficasse quanto antes livre do cancro da escravatura; que a lei de 1871 já não era suficiente para os fins que visava. Convinha não retroceder, não parar, nem precipitar.

Espantou-se a câmara com expressões tão decisivas do presidente do Conselho, cuja proposta foi interpretada como imposição do imperador. Resolveram, pois, resistir-lhe qualificando-a de anti-nacional. O ministério, todavia, aceitou, como proposta governativa, o projeto que a 15 de julho apresentou o deputado Rodolfo Dantas, filho do presidente do Conselho.

Estabelecia que a emancipação se operava: 1) pela idade; 2) pela omissão de matrícula; 3) pelo fundo da emancipação; 4) pela mudança do domicílio legal; 5) por concessão de alforria em testamento mesmo superior às forças do testador; 6) pelo penhor que se estabelecesse.

Proibia a venda de escravos, ordenava estabelecimento de colônias agrícolas para os libertos, e, entre outras medidas tendentes a apressar e regularizar a abolição, aumentava o fundo de emancipação com quotas adicionais a todos os impostos decretados.

O projeto foi remetido às comissões de justiça e de orçamento a fim de interpirem pareceres, e o presidente do Conselho declarou que o considerava proposta do governo e, portanto, questão de confiança política. Como a maioria da câmara se pronunciasse em sentido contrário, o ministério viu-se obrigado a pedir a dissolução dela, que na verdade foi dissolvida pelo decreto de 3 de setembro, convocando-se pelo mesmo decreto outra para uma sessão extraordinária que se reuniria no primeiro de março de 1885.*

Estado da opinião pública. Agitava-se, no entretanto, de um modo extraordinário a opinião pública. Os partidários da abolição formavam **clubes**, organizavam imprensa, anunciavam quermesses e reuniões para discursos e donativos em favor da extinção da escravatura e iniciavam a propaganda de suas idéias em todo o Império. Passeavam pelas ruas da

(*) O ano de 1884 é notável na história da abolição, porque, durante ele, ocorreram os fatos seguintes: 1) a escravatura foi considerada extinta nas províncias do Ceará e do Amazonas; naquela a 25 de março, nesta a 10 de julho. 2) Em memória da rendição de Uruguaiana foram a 18 de setembro declarados livres todos os escravos nos municípios de Uruguaiana, São Borja, Viamão e Conceição do Arroio. 3) A 16 de outubro foram no município de Pelotas (Rio Grande do Sul), em presença do presidente da província, do bispo e de outros altos funcionários públicos, alforriados de uma vez cinco mil escravos!

capital e de muitas cidades das províncias bandos de população com bandeiras características da emancipação dos escravos, com pinturas de castigos que lhes eram infligidos, provocando a necessidade da sua libertação com pedidos de dinheiro para promovê-la, com pedidos ardentes para a conseguir à força, quando não voluntariamente. Improvisavam-se tribunas nas praças e espalhava-se proclamações apregoando que a escravidão era um crime e a propriedade um roubo. Desenvolveu-se a propaganda a ponto de aconselharem aos escravos abandonassem seus proprietários, e de oferecer-lhes asilo para escaparem ao serviço forçado, caso as autoridades auxiliassem os seus donos em sua apreensão. Polícia, magistrados, funcionários públicos, concorriam para esses movimentos. Desses alvoroços e aparatosas e ameaçadoras arruaças começaram a originar-se sinistras apreensões.

Preveniam-se, por seu lado, os agricultores contra as pretensões dos seus escravos, os quais podiam ser excitados a levantamentos que desorganizariam os trabalhos da lavoura. Tratavam igualmente de defender seus interesses. De acordo com negociantes, banqueiros e industriais, formaram uma associação que se instalou publicamente no Rio de Janeiro e, em continuadas sessões, discutiam os meios de se oporem ao projeto de lei apresentado à câmara dos deputados. Tomou essa associação o título de **Club da Lavoura e Comércio**, e abriu as portas do edifício em que funcionava, a fim de tornar públicas as sessões, concorridas por fazendeiros e por delegados de câmaras municipais das províncias. Os mais importantes lavradores deixavam seus solares e seus trabalhos agrícolas para, na capital do Império, acudirem de preferência ao reclamo de seus mais urgentes interesses. A atitude do governo, a propaganda, os fatos que se passavam, os induziam a oferecer condições razoáveis, meios indiretos e vagarosos que não desorganizassem a lavoura e não animassem os seus escravos a abandonarem o serviço das propriedades agrícolas.

A imprensa periódica acompanhava e representava todas essas peripécias, todas essas tendências, toda essa marcha das idéias e dos acontecimentos. Defendiam folhas soltas que se distribuíam gratuitamente, e gazetas fundadas a este fim, tanto a propaganda da emancipação como a resistência dos interesses ligados ao comércio e à lavoura. O movimento estendeu-se a todo o Império.

Ganhavam muito, com estas inesperadas circunstâncias, os partidários das idéias republicanas, que até então pareciam esmorecidos de lucrar com a propaganda de suas idéias políticas.

Imputando ao imperador a origem e os progressos do abolicionismo, proclamando que do povo e não do trono é que devia partir a iniciativa de qualquer providência de que necessitasse, acoimavam a coroa

de poder absoluto, e as instituições de instrumentos da vontade imperial, única força que pretendia representar a opinião pública, e que, em vez de garantir-lhe os direitos e defender-lhe os interesses, inspirava-se na vanglória que abolicionistas estrangeiros lhe sugeriam.

Estorcia-se, pois, o país em geral e continua agitação quando a 3 de setembro foram dissolvidas as câmaras e marcado o tempo de novas eleições. Nelas, o ministério, apesar dos maiores esforços, foi derrotado. Pela primeira vez tomaram parte na luta os republicanos com candidatos próprios e que claramente e em manifestos proclamaram suas doutrinas contrárias às instituições monárquicas. Obtiveram três deputados, dois em São Paulo (Campos Sales e Prudente de Moraes) e um em Minas (Álvaro Botelho). No meio, pois, dessas vicissitudes críticas e assustadoras terminou o ano de 1884 e começou o de 1885.

Nova câmara. Na primeira reunião preparatória, a 11 de fevereiro, apresentaram-se em massa ambos os partidos. A verificação dos poderes custou imenso trabalho e a luta se tomou temível. Abriu-se finalmente a câmara no dia 8 de março e o imperador, na fala do trono, anunciou que convocara sessão extraordinária para resolver a questão do elemento servil, que ficara adiada na assembléia dissolvida. Sendo no dia 15 apresentado um projeto a respeito da abolição, Moreira de Barros propôs a moção seguinte: "A câmara dos deputados, não aceitando o sistema de resolver sem indenização o problema do elemento servil, nega o seu apoio à política do gabinete". O presidente do Conselho a censurou como inoportuna e inadmissível e afirmou que a não aceitava. Então o deputado paulista, dr. Campos Sales, asseverou, em nome do seu partido, que votava contra a moção e apoiava o projeto do ministério. Como republicano, aprovava todas as propostas que, conformes à pura democracia, libertassem o país no sentido social, político e econômico. Não se envolvia nas questões dos partidos monarquistas; porém, todos os seus esforços tenderiam à mudança do regime para que a nação se governasse por si e não por príncipes hereditários.

Posta a moção a votos, em seguida a combate azedo e acrimonioso, foi aprovada por 50 deputados contra outros tantos que a repeliram. Contudo, o ministério não se deu por vencido, declarando o presidente do Conselho que apelava para o resultado do projeto que formava o seu programa e havia de decidir da sua sorte.

Intervenção da população. Notaram-se desde aquele dia arruaças, tumultos, distúrbios, na capital do Império. Grupos de população viaavam, insultavam, ameaçavam os deputados liberais dissidentes que avistavam nas praças públicas; apoderavam-se das circunvizinhanças e

galerias da câmara; perturbavam de contínuo as sessões, desprezando as vozes e intimações do presidente, que não dispunha de meios para manter a ordem e obrigá-los a retirarem-se.

A desordem atingiu proporções assustadoras. Deputados dissidentes e o próprio presidente da câmara eram apupados quando os amotinadores os descobriam nas ruas, ao passo que a polícia e o governo se mostravam indiferentes a esses desacatos. Passeavam os magotes de turbulentos dando **vivas** ao ministério e ao projeto de emancipação e **morras** aos seus opositores, enquanto tribunos improvisados os açoitavam com frases violentas que mais exasperavam os ânimos.

Romperam finalmente reclamações enérgicas no senado, verberando diversos senadores o ministério, que não mantinha a tranqüilidade pública e consentia que se continuassem distúrbios perigosos. Souza Dantas tratou de se defender como pôde e prometeu velar sobre a liberdade das discussões do parlamento e garantir segurança aos cidadãos. Como, porém, as desordens continuassem, diversos deputados enviaram à mesa a seguinte moção: "A câmara dos deputados, convencida de que o ministério não pode garantir a ordem e segurança pública que é indispensável à discussão do projeto do elemento servil, nega-lhe a sua confiança." Em seguida a forte e acrimonioso debate, a moção foi aprovada por 52 deputados contra 50 que a tinham combatido. O Gabinete Souza Dantas teve, portanto, de retirar-se. Os distúrbios acabaram imediatamente como por encanto!

Ministério Saraiva. Sucedeu a Souza Dantas o ministério de José Antônio Saraiva, que a 9 de maio se apresentou na câmara a fim de expor seu programa: "O intuito do ministério, disse ele, quanto à questão do elemento servil, é apressar quanto possível a libertação de todos os escravos dando, porém, tempo à nossa indústria agrícola para reorganizar o trabalho, e até auxiliando essa reorganização com uma parte do valor do escravo." Na sessão do dia 12 de maio leu-se na câmara um projeto assinado por muitos deputados e redigido de acordo com o governo. A comissão a que foi remetido, apresentou parecer favorável no dia 19, lembrando apenas algumas correções.

Encerrou-se nesse mesmo dia 19 a sessão extraordinária da legislatura, abrindo-se logo no dia seguinte a ordinária. A fala do trono, entre outras coisas, recomendou se resolvesse a questão do elemento servil a fim de tranqüilizar a lavoura, atormentada com a idéia de que se pretendia aniquilá-la. No dia 27 de maio começou a primeira discussão, sendo o projeto aprovado com diversas emendas. Foi então posto de parte e sepultado nos arquivos da câmara o que havia sido sustentado pelo ministério Souza Dantas.

A 14 de julho começou a segunda discussão, que aprovou igualmente o projeto em seguida a várias correções. Votou-se afinal esse projeto no dia 13 de agosto com emendas combinadas. Reconhecia-se no projeto o direito de propriedade, mas fixava-se aos escravos valores conforme as idades. Ordenava-se uma matrícula para garantir os senhores e estabelecer os preços dos cativos. Aumentava-se o fundo de emancipação com impostos adicionais. Estabeleciam-se providências para a manutenção do trabalho agrícola e penalidades para a mudança de domicílio dos escravos e para os processos de emancipação forçada. Em resumo, a lei Saraiva, sancionada a 28 de setembro de 1885 regulava a extinção gradual do elemento servil alforriando os sexagenários e ordenando uma nova matrícula. Como Saraiva não tivesse conseguido harmonizar o Partido Liberal na câmara, devendo aos conservadores grande parte do seu triunfo, entendeu que, apesar de vencedor, devia retirar-se.

Ministério Cotegepe. O gabinete organizado por João Maurício Wanderley teve de lutar com dificuldades aterradoras. Bem que reinasse paz aparente no Império, apoderaram-se dos espíritos doutrinas subversivas das instituições, e a idéia republicana progredia, sendo apoiada pelos proprietários de escravos, desgostosos por temerem perder os braços necessários ao trabalho agrícola. Percebia-se também notável agitação nos ânimos dos escravos, nos quais já se ia infiltrando a esperança da liberdade. A 3 de maio de 1886 abriu-se a nova câmara. Comunicou a fala do trono que a lei de 28 de setembro de 85 estava sendo executada com pontualidade, concorrendo os cidadãos de todas as classes para que o governo fosse coadjuvado em sua missão humanitária. Como ela se prendia estreitamente à imigração e à colonização estrangeira, haviam-se decretado subvenções do tesouro e firmado contratos para criar-se uma corrente de trabalhadores livres que substituíssem os braços escravos. Logrou o ministério logo a princípio fosse suprimido o artigo do código criminal que fulminava pena de açoites para os escravos.*

(*) Tiramos estas e muitas outras informações de uma grande coleção de jornais que gentilmente nos forneceu o dr. Pedro Sanches de Lemos. Todos sabem que o sr. dr. Pedro Sanches é uma grande glória da medicina brasileira, porém, nós, neste lugar desejamos salientar a sua bondade como amigo sincero, fiel, generoso, constante.

Há mais de 25 anos que o conhecemos e são inumeráveis os favores que lhe devemos, mas este último favor supera imensamente todos os outros. A não ser a bondade do dr. Pedro Sanches, este nosso modesto trabalho haveria de ter uma lacuna irreparável e, por conseguinte, não havia de prestar para nada, visto como não se encontra autor que trate deste assunto. Aproveitamos, portanto, o ensejo para lhe agradecer do fundo da alma, e estamos certos de que ninguém levará a mal que declaremos neste lugar a nossa humilde e sincera gratidão.

Fatos que prepararam o golpe final. Em junho de 87 o imperador parte por doente para a Europa deixando a regência à sua filha D^a Isabel. A 5 de maio desse mesmo ano o deputado Afonso Celso Júnior propõe na câmara a abolição imediata com a condição de que os escravos serviriam ainda por dois anos aos seus senhores, porém como livres. 41 deputados contra 33 julgaram inconveniente discutir semelhante medida. O senador Souza Dantas propõe no senado a extinção completa do elemento servil no fim de 1888 e a supressão imediata dos limites postos pela lei de 28 de setembro à liberdade dos ingênuos. O ministério levou quase uma derrota no senado a respeito da interpretação da lei de 85.

Eram, no entretanto, dispersadas pela polícia diversas reuniões de abolicionistas realizadas na rua. Os capoeiras impediram uma reunião da mesma espécie em um teatro e tentaram apagar o gás.

A 28 de agosto a polícia se opõe a outro *meeting* que devia celebrar-se no Campo de Santana. Porém os abolicionistas agitam-se em toda a parte a despeito da polícia, a qual tenta debalde impedir a fuga dos escravos em Campinas e em muitos outros lugares, tanto de São Paulo como do Rio e de Minas. Pronuncia-se finalmente Antônio Prado a favor da abolição-aconselhando aos fazendeiros a alforria imediata com a condição de os escravos servirem ainda por dois anos.

Em setembro de 87 unem-se João Alfredo e Antônio Prado, afirmando que o comércio, a magistratura, a imprensa, o clero e o povo, todos querem a extinção acelerada do elemento servil; que o número atual dos escravos empregados na agricultura não chegava a trezentos mil e que, como constava pela estatística, a produção aumentava à medida que diminuía o número dos braços servis. Cotegipe opõe-se prometendo que estudaria a questão.

No dia 24 de setembro a câmara rejeitou a proposta de Silveira da Mota que pedira se discutisse no dia seguinte o projeto Dantas. Foi, pois no meio destas desavenças que se fechou a sessão parlamentar de 1887. Na fala do encerramento a princesa regente nada disse a respeito do elemento servil, porém o arcebispo da Bahia e os bispos do Maranhão, de Pernambuco, de São Paulo, de Mariana e de Diamantina publicaram pastorais em favor da abolição.

Os escravos em alguns lugares fizeram parede cruzando os braços e recusando trabalhar; em muitos outros, como em Capivari, Campinas, Amparo, Piracicaba, Itu, etc., fugiram em massa, sem, todavia, praticarem desordens ou violências. Só combateram quando agredidos pelos soldados do governo, que ficaram derrotados, e que em seguida, quando

acudiam, chegavam sempre tarde. Recusando finalmente os soldados a prestar semelhante serviço, a fuga começou a efetuar-se mais livremente. Os fugitivos iam para Santos e para a serra do Cubatão, onde havia muitos deles sustentados pelos abolicionistas.

A 19 de novembro, o senador Antônio Prado publicou um artigo em que proclamava a “incompetência do governo e a ilegitimidade do emprego da força armada para impedir a evasão dos escravos”.

A 15 de dezembro de 1887 Antônio Prado e Leôncio de Carvalho reuniram em São Paulo uma assembléia de lavradores que fixou a emancipação completa em três anos; alguns até queriam que fosse dentro de dois anos; outros, dentro de um ano; nem faltou quem desejasse fosse imediata.*

Fatos que precipitaram o desfecho final. Tendo a princesa dito ao barão de Cotegipe que precisava fazer alguma coisa em favor do elemento servil, e tendo ele respondido que esperava pela reabertura das câmaras, a regente tomou medidas em que dois elementos predominantes revelaram, pelo menos, a vontade da soberana. O primeiro elemento foi o **Correio Imperial**, pequeno jornal redigido e composto em palácio pelos príncipes, filhos de Dona Isabel. Nele fazia-se propaganda abolicionista e profligavam-se os abusos dos escravocratas. O segundo elemento consistiu na campanha da emancipação da cidade e município de Petrópolis, abertamente iniciada, favorecida e dirigida pela princesa imperial em pessoa. Espetáculos, concertos, bailes, uma batalha de flores em um dia de chuva torrencial, subscrições, graças, tudo se fez a fim de obter a quantia necessária para libertar algumas dúzias de infelizes.

Em nenhuma destas festas, dizem os jornais da época, apareceu o ministério. Dos ministros só se mostrou o conselheiro Rodrigo Silva, que, como paulista, não tinha a intolerância dos fluminenses. Quanto ao barão de Cotegipe, deixou ele de freqüentar Petrópolis e só mantinha com a princesa regente as relações oficiais indispensáveis nos dias de despacho. Constatou também que antes da festa celebrada para a emancipação de Petrópolis, Cotegipe chegou a manifestar surpresa pelo papel ostensivo que na propaganda tomava Sua Alteza Imperial. Veio por último a questão Lobo Leite, que ocasionou a queda do ministério e tudo concorreu para acelerar o termo do cativeiro.

Abertura das câmaras. Como se aproximasse a época da abertura das câmaras, de todas as províncias acudiam os representantes,

(*) Neste ponto de sua narração, o Padre Galanti intercala a extensa carta de Joaquim Nabuco ao papa Leão XIII a propósito da escravidão no Brasil. Oportunamente a aproveitaremos para a seção de Textos de nossa publicação. (da Redação).

movidos pelos grandes interesses que iam ser decididos. Nos primeiros dias de maio constou que o projeto da abolição seria breve, conciso, de efeito imediato. No dia 3 a Augusta Regente abriu o parlamento no meio das aclamações do povo, que se acumulara nas proximidades do senado e nas ruas da passagem. Depois de conhecida a fala do trono o entusiasmo aumentou. A fala do trono era um programa de governo segundo princípios adiantados. À questão do trabalho, que compreendia a emancipação do elemento servil e as medidas sobre imigração, a fala dedicava os trechos seguintes: “A emancipação do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito liberal e cristão de nossas instituições. Mediante medidas que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela imigração o povoamento do país, facilitem as comunicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam o crédito agrícola e aviventem a indústria nacional.”

O espírito libertador da fala do trono, que era esperado com extrema impaciência, fez aglomerar nas imediações do senado e do recinto do parque enorme afluência de todas as classes. As ruas de São Cristovão a cidade, por onde devia passar o préstito imperial, estavam embandeiradas, juncadas de flores; as janelas alcatifadas; a elas assomavam as famílias para saudar a Augusta Regente. No centro do parque tocava uma música marcial e subiam ao ar contínuas girândolas. Nas galerias, tribunas e corredores do senado, viam-se muitas das principais famílias, o corpo diplomático, as notabilidades da corte. Quando as carruagens chegaram ao paço do senado, acompanhadas da cavalaria do exército, o hino nacional, reboando em sons marciais, as aclamações do povo, as flores atiradas com profusão, a comoção dos circunstantes, formavam um quadro memorável. Sua Alteza Imperial apeou-se no meio desta estrondosa manifestação e subiu as escadas inundadas de flores, de aclamações, de efusões de entusiasmo, e seguida pelo povo que lhe fazia imenso cortejo. Proferido o discurso, romperam exclamações das tribunas, do recinto, dos corredores e o eco repercutiu na praça como uma vibração da alma nacional.

Além das flores atiradas, Suas Altezas receberam numerosos **bouquets** de camélias oferecidos pelos abolicionistas, confederação abolicionista e quilombo da praia Leblon (pelo jovem João Clapp Filho),

etc., etc.. Quando Sua Alteza entrou no coche ouviu-se uma voz forte e comovida que bradou: **Viva o anjo do Brasil**, e então um indescritível e entusiástico **Viva** ecoou entre os sons festivos do hino nacional e o estrondear dos foguetes e salvas reais.

Na retirada de Sua Alteza para o paço da cidade, todas as ruas estavam ladeadas de turbas populares, as janelas regorgitavam de senhoras acenando com os lenços, e o povo acompanhou o préstito até o paço, onde formou alas por entre as quais passou a Augusta Regente. Nesses dias de maio os salões do paço da cidade estiveram franqueados ao povo, e este enchia todos os espaços e dava vida ao quadro.

Ao lado dessas manifestações aos poderes do Estado, o entusiasmo popular revelava-se em passeios com música pelas ruas, discursos das janelas e aclamações de todas as classes, sendo quase sempre a rua do Ouvidor o centro desta animação cívica.

A câmara dos deputados na sessão do dia 8 de maio devia presenciar um dos atos mais brilhantes da história pátria: a apresentação da lei do fim do cativo. O concurso dos deputados foi quase completo. As tribunas, o recinto, os corredores, estavam repletos de pessoas principais da corte. Nas tribunas irradiava um concurso desusado de senhoras. Nas ruas adjacentes imensa multidão aguardava o acontecimento.

Estando ainda doente em São Paulo Antônio Prado, o conselheiro Rodrigo Silva, como ministro interino na Agricultura é que apresentou o projeto da lei de libertação. Quando S. Excia. acabou de o ler, romperam aclamações de todos os lados. Repetidas salvas de aplausos partiram desde o recinto até as últimas galerias, e foram ecoar aos vivas do povo que circundava o edifício. Dall a alguns minutos, a nova transmitida pelo telégrafo, difundia-se em todas as direções do país. De ordem de S. A. Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador, o conselheiro Rodrigo Silva apresentara a seguinte proposta: "Art. 1 - É declarada extinta a escravidão no Brasil. Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário".

(...) O dia 13 era domingo, mas o senado reuniu-se para terminar a grave questão (...) Às onze e meia da manhã abriu-se a sessão, à qual compareceram 49 senadores. Todos queriam assumir a responsabilidade do ato. Encetada a terceira discussão, Paulino de Souza pediu a palavra e falou livremente em sentido hostil à emancipação imediata. Disse que a solução estava dada e o trânsito pressuroso que no recinto ia tendo a proposta do governo não era senão um trâmite mais, com que se queria dar a aparência de legalidade a uma medida, na concepção e no alcance, francamente revolucionária. No meio de tantas impaciências o debate era impossível. Não vinha, pois, discutir a proposta, nem precisava lavar protestos. Vinha

somente justificar, com poucas palavras, o seu procedimento, qualificar a medida em discussão e confessar-se vencido. (...) Consultado o senado se achava a matéria suficientemente discutida, resolveu pela afirmativa. Posto a votos, foi o projeto aprovado e adotado para subir à sanção imperial.

Sanção da lei. A Princesa Imperial Regente partira de Petrópolis meia hora depois do meio dia, e fora na estação aclamada por brilhante concurso de senhoras e cavalheiros. No arsenal de Marinha, onde chegou às duas e cinquenta minutos, esperavam-na idênticas manifestações. No meio de ruidosas e incessantes aclamações, o préstito chegou ao paço da cidade, onde era esperado por massas compactas de povo, que enchiam as praças e o jardim. No paço achava-se a comissão do senado, composta de 14 membros, o presidente do Conselho e ministros da justiça da marinha e da guerra, muitos cidadãos importantes, numerosas famílias e representantes da imprensa.

Às 3 horas e 8 minutos principiou um dos atos mais notáveis de nossa história. S. A. I. que viera do arsenal acompanhada por seu augusto esposo e os ministros da agricultura e império, entrou na sala do trono e recebeu do conselheiro Dantas o autógrafo da lei, que foi lido por S.Exa., assim como um discurso alusivo ao ato. S. A. I. disse: “Seria o dia de hoje um dos mais belos de minha vida se não fosse saber estar meu pai enfermo. Deus permitirá que ele nos volte para tornar-se, como sempre tão útil à nossa pátria”.

Na sala imediata, junto a uma mesa que em princípios de 89 ainda ali se conservava com uma inscrição comemorativa, dignou-se S. A. I. aceitar uma pena e caneta de ouro, cravejada de pedras preciosas que o povo oferecia para a assinatura da sanção da lei, o que a augusta regente executou às 3 horas e 15 minutos. O trabalho caligráfico do decreto foi do notável artista Leopoldo Heck lançado sobre pergaminho, e o resto da tinta da assinatura foi conservado na pena. Neste momento a sala estava invadida pelo povo; as classes confundidas; o entusiasmo identificava as pessoas. Diversos discursos foram proferidos e levantados vivas que de fora, o povo repetiu em imenso círculo. Assomando S. A. I. à janela, o povo de fora acolheu a sua presença com repetidas aclamações. Às 4 horas da tarde retirou-se S. A. Imperial juntamente com a sua corte.

O ministro da justiça dirigiu-se à secretaria respectiva e fez transitar a lei. O governo comunicou telegraficamente a sanção da lei a todos os presidentes de província, ordenando que lhe dessem execução imediata. À noite, os edifícios públicos, as associações, as casas particulares iluminaram-se.

(Compêndio de História do Brasil,
tomo 5º, pp. 37-68. São Paulo, Duprat
& Cia., 1910)

RABISCOS DE UM ESCRÉVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas)

259. CIVISMO DOS ITUANOS

"Tem sido em todos os tempos aplaudido o civismo nunca desmentido dos ituanos. Impressiona-se do maior júbilo quem vê a pátria de Paula Souza e de outros notáveis cidadãos patriotas sempre e profundamente inspirada de idéias liberais, apresentando-se em todas as épocas, em todas as crises, sempre com denodo e energia pelo bem público."

Esse conceito preciso, honroso e realmente justo acerca dos ituanos pode ser lido à página 269 de um dos livros clássicos da historiografia paulista: o **Quadro Histórico da Província de São Paulo**, do Brigadeiro Machado de Oliveira, publicado em 1864. E como que explicitando seu alto conceito acerca dos ituanos, lembra alguns momentos em que esse civismo foi posto à prova, em algumas situações difíceis no início de nossa vida de país independente: no juramento da Constituição imperial, no auxílio ao príncipe-regente agredido pelas tropas portuguesas e, depois, para combater a "bernarda" de Francisco Inácio, em 1823.

Os tópicos de Machado de Oliveira são expressivos. Vale citá-los: "Foi esta terra clássica do liberalismo e da ordem, que, por conselho dos eleitores Vergueiro, Paula Souza e Álvares Machado, tomou precedência no juramento prestado às bases da Constituição e fez sentir ao governo provisório a necessidade de generalizá-lo na província". Adiante: "...que, primeiro, excitou a idéia de mandar-se incontínenti tropas em auxílio do príncipe-regente, quando agredido em janeiro de 1822, no Rio de Janeiro, pela divisão lusitana de Jorge d'Avilez".

E quanto ao terceiro momento: "A câmara de Itu negou-se a dar execução a essa ordem (de Francisco Inácio para que mandasse reforços para

a capital), sendo que foi a primeira a protestar energicamente contra a revolta de 23 de maio na Capital, como o fizera constar em tempo ao governo provisório, transmitindo-lhe cópia da representação que dirigira ao príncipe-regente, expressando sua formal desaprovação a quanto ali se havia praticado, e rendendo-lhe novamente seus votos de firme adesão e obediência”.

Tivesse Machado de Oliveira publicado seu livro mais tarde, certamente enumeraria muitos outros exemplos do “civismo nunca desmentido dos ituanos”. Machado de Oliveira (1790-1867) não era de Itu. Era da Capital, onde nasceu e morreu. Mas, teve uma larga vivência em diversas regiões do Brasil. Como militar, participou das campanhas de 1811 e 1812 contra Montevideu e Buenos Aires e, depois, participou do governo provisório do Rio Grande do Sul, província que, posteriormente, representou na Câmara Imperial. Como “encarregado de negócios”, esteve na Bolívia e no Peru. Como administrador e homem público, presidiu as províncias de Sergipe, Pará, Alagoas, Santa Catarina e Espírito Santo. Como “diretor geral de índios”, voltou seu interesse não só para o problema da incorporação dos indígenas à sociedade, mas, igualmente, ao estudo das manifestações religiosas desses primitivos habitantes do Brasil. Seus escritos sobre o assunto estão publicados nos primeiros volumes da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

Todavia, sua obra mais importante é o **Quadro Histórico**, que utilizamos para os excertos desta nota. Publicado, como se disse, em 1864, foi reeditado em 1897 por iniciativa de seu filho, o grande jurista Brasília Machado, e, mais recentemente (1978), em edição fac-similar da primeira, pelo Governo do Estado, integrando a preciosa coleção “Paulística” (volume 14). Essa edição traz excelente estudo introdutório de Célio Debes, que salientou o valor dessa “primeira síntese da história de São Paulo, escrita por um autor nacional”. Sim, cabe a explicitação porque, na realidade, a prioridade da “primeira síntese da história paulista” cabe a um francês, o grande viajante Saint-Hilaire (1851) 10-10-1992

*

260. VINTE ANOS SEM HÉLIO VIANA

Há vinte anos, com a morte de Hélio Viana, perdia o Brasil um dos seus maiores historiadores. Na ocasião, ocupei-me dele, ressaltando alguns traços característicos de sua personalidade, pois tenho o privilégio de o ter conhecido bem, guardando dele excelentes recordações. Mineiro de Belo Horizonte, onde nasceu aos 5 de novembro de 1908, radicou-se, porém,

no Rio de Janeiro, para onde foi ainda estudante. Na antiga Capital Federal desempenhou funções culturais de alta relevância. Criada a Universidade do Brasil em 1939 e, com ela, a Faculdade Nacional de Filosofia, foi Hélio Viana seu primeiro professor de História do Brasil, função que exerceu até aposentar-se. Lecionou, ainda, no Colégio Jacobina, na Faculdade Santa Ursula, na Pontifícia Universidade Católica, na Escola do Estado Maior do Exército, no Instituto Rio Branco e ministrou cursos no Departamento Administrativo do Serviço Público. Pertenceu a comissões relevantes nos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores e, nos últimos anos, integrou o Conselho Federal de Cultura.

Ao traçar-lhe o necrológico para uma publicação periódica de Campinas, reproduzida na "Revista de História" (nº 93, de 1973), afirmei ser admirável que tão grande atividade docente ainda lhe deixasse tempo para a pesquisa, pois todos os trabalhos que produziu são frutos da mais acurada investigação arquivística. E escreveu muito. Desde o aparecimento de seu primeiro livro, **Formação Brasileira**, em 1935, até pouco antes de falecer, sua atividade foi constante, com a média de quase um livro por ano, além de frequente colaboração em jornais e revistas especialmente no "Jornal do Comércio" e na "Revista do Instituto-Histórico Brasileiro", ambos do Rio de Janeiro.

Interessado particularmente na história política do período imperial e na história da Imprensa, foi nessas áreas que produziu seus melhores trabalhos, quase todos de consulta obrigatória para o conhecimento do assunto. Além de vasta produção original, foi, ainda, o responsável pela publicação anotada e comentada de numerosos textos históricos, como entre outros, o **Livro que dá razão do Estado do Brasil**, de Diogo de Campos Moreno, o **Diário de 1862**, de D. Pedro II, o jornal "A Malagueta" (da época da Independência) e a **História da Independência**, de Varnhagen.

Procurei, na ocasião, realizar um levantamento quase completo de sua produção em volume, num total de 30 títulos. E lembrei que seria muito importante se alguém da família ou que com ele houvesse trabalhado, procedesse a um arrolamento de tudo quanto o historiador deixou esparsos por jornais e revistas. Pois esse meritório trabalho vem de ser realizado pela Professora Lucinda Coutinho de Mello Coelho, ocupando mais de 50 páginas de um dos últimos números da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (nº 353, correspondente ao último trimestre de 1986). Elenco elaborado por ordem cronológica, abrangendo desde um artigo sobre a Princesa Isabel na "Tribuna de Petrópolis", de 14 de novembro de 1929, até "Estudantes de São Paulo no Arquivo de Ubaldino do Amaral", publicado na "Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo", em 1970. Tudo, num total de mais de mil títulos!

Ninguém, realmente, mais indicado para realizar este trabalho. A Professora Lucinda trabalhou muitos anos como assistente de Hélio Viana, dedicou-lhe sempre extrema afeição e carinho, sentimentos que ressaltam do cuidado com que o catálogo foi elaborado. E com ele, prestou a ilustre historiadora, minha nobre confreiia do Instituto Histórico Brasileiro, assinalado serviço à cultura histórica de nossa terra. 17-10-1992.

*

261. A "PAULISTA" EM PIRACICABA

Em meu livro *Café e Ferrovias*, publicado pela primeira vez há quase vinte anos, dediquei um longo capítulo (aliás, o mais extenso do volume), à evolução ferroviária de São Paulo em períodos decenais, a partir de 1870 e alcançando até 1940, ano que tomei como limite final da era ferroviária. Recebi algumas críticas pelo excesso de pormenores com que recheei o capítulo, mas tal me pareceu necessário para a defesa de minha proposição fundamental que era mostrar a correlação entre o desenvolvimento da rede ferroviária paulista e a expansão da cultura cafeeira.

Ocorreu, entretanto, que o "excesso de pormenores" não impediu uma omissão, aliás bastante sensível: não dediquei uma linha sequer ao ramal de Piracicaba da "Paulista", pequeno ramal de apenas 50 quilômetros, ligando a estação de Nova Odessa, na linha tronco, à importante cidade, simpaticamente apelidada de "Noiva da Colina". A omissão obviamente, foi reparada por vários leitores, aos quais sempre respondia dizendo que, se houvesse reedição do livro, a falha seria sanada. Acontece que não o foi, apesar das quatro edições que foram publicadas. E o ramal acabou sendo extinto (como tantos outros) sem que eu dele cuidasse. No entanto, era ramal que me falava muito de perto, pois, no início de minha carreira, lecionando no curso anexo à "Luís de Queiroz", e residindo em São Paulo, frequentava-o semanalmente no ir-e-vir da Capital a Piracicaba para o desempenho de minhas tarefas.

O primeiro número da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba", publicado em fins do ano passado, avivou-me o assunto, pois nele encontrei artigo bastante informativo, assinado por Hugo Pedro Carradore, contendo dados interessantes para o histórico da "Paulista" em Piracicaba, suprimindo, assim, o que não escrevi. A cidade havia sido alcançada pela "Ituana" em 1879. Mas, ressentiu-se sempre com a precariedade dos serviços da velha ferrovia que lhe "embargava o progresso", no dizer do autor do citado artigo, que acrescentou, logo no parágrafo seguinte, que

“o sonho dos piracicabanos era que a Companhia Paulista estendesse os seus trilhos até a Noiva da Colina”. Em 1896 a Câmara Municipal havia mantido contatos com a “Paulista”, sem, contudo, obter nada de positivo, e isto apesar de todas as justificativas.

É quando aparece a figura de Manuel Buarque de Machado, que não era piracicabano, mas vinculou-se à cidade por atividades empresariais. “Convivendo com a cidade, encantou-se com a paisagem e com o seu povo”. Daí, partir para uma série de iniciativas em benefício da cidade. Entre estas, a construção de uma linha férrea, elétrica (seria a primeira do Brasil), ligando Piracicaba à antiga Vila Americana, no tronco da “Paulista”. Seu projeto chegou a ser apreciado na Assembléia Legislativa do Estado, mas, segundo consta (a informação é de Hugo Carradore), “a política local não envidou esforços no sentido de que o empreendimento se tornasse realidade, pois desejava a primazia da idéia”. Tanto que a Edilidade manteve contatos com a “Paulista”, em 1902, obtendo a promessa da construção do ramal, o que, entretanto, só ocorreu vinte anos depois, em 1922, apesar de iniciados os trabalhos logo no início do século. Mas, apenas iniciadas as obras, ficaram elas interrompidas por doze anos. Reiniciadas em 1914, em 1917 foi inaugurado o trecho até Santa Bárbara e só no ano do centenário da Independência os trilhos chegaram a Piracicaba.

O artigo de Hugo Carradore contém valiosas informações sobre o chamado “Ramal de Piracicaba”, inclusive com a transcrição de notícias de jornais da época, dados técnicos da ferrovia e ainda o programa das festas inauguração do ramal no dia 29 de julho de 1922. 24-10-1992

*

262. TEATRO NO VELHO MATO GROSSO

Ao criar-se a Capitania de Mato Grosso em meados do século XVIII, para sede do novo governo que aí se instalou foi escolhida a localidade de Vila Bela, às margens do rio Guaporé. Elevada à categoria de “cidade” e, assim, não mais podendo chamar-se “Vila”, teve seu nome alterado de Vila Bela para Mato Grosso, ou seja o nome da própria Capitania. E sede do governo a cidade de Mato Grosso o foi até pouco depois da Independência, quando foi transferida para Cuiabá, na região central da, agora, Província de Mato Grosso.

À primeira vista, olhando-se um mapa, poderá parecer pouco significativa a mudança da capital, estando as duas cidades em pleno sertão.

Ocorreu, entretanto, um fator geográfico importantíssimo. A primitiva capital, às margens do Guaporé (um dos formadores do rio Madeira, por sua vez afluente do Amazonas) só tinha comunicação com o mundo (e obviamente com o próprio Brasil...) através da bacia amazônica, ou seja pelo norte do País. Enquanto que Cuiabá, situada à margem do rio do mesmo nome, um dos afluentes do Paraguai, estabelecia ligação com o mundo (e obviamente com o Brasil...) pela bacia do Prata, de acesso muito mais fácil.

Isto implicou, naturalmente, a decadência da antiga capital, que, por muito tempo foi uma cidade quase que desaparecida. O historiador Afonso de Taunay, reeditando um livro do pai (o Visconde de Taunay) que evoca a velha cidade de Mato Grosso, denominou-a a “cidade do ouro e das ruínas”. Mas vale recordar que, quando capital, a cidade das margens do Guaporé teve seus dias de glória. Se no tempo de Taunay já era a cidade “das ruínas”, alguns anos antes fora a “do ouro”, com uma vida social luxuosa e requintada, inclusive com manifestações artísticas de relevância. Sabe-se que em seu teatro eram representadas peças de Metastásio e de outros dramaturgos europeus da época e consta que até um ópera de Mozart chegou a ser encenada na velha cidade.

É importante notar que a Vila do Bom Jesus do Cuiabá, mesmo antes de ser beneficiada com a transferência da capital (o que só ocorreu em 1825) teve igualmente vida social e cultural de relevância, sob certos aspectos mais até do que a antiga capital, pois usufruiu das vantagens de uma comunicação mais fácil (embora ainda muito demorada) com o Rio de Janeiro, e com um sentido de permanência maior, pois capital continua até hoje.

O erudito prefácio que o Engenheiro Carlos Francisco Moura escreveu para uma reedição fac-similar há pouco publicada pela Universidade Federal de Mato Grosso de uma das peças representadas em Cuiabá nos fins do século XVIII, mostra, com riqueza de dados, a frequência com que o teatro era realizado em Cuiabá: “Em Mato Grosso, desde o século XVIII representavam-se tranqüilamente as últimas novidades teatrais portuguesas. No arraial pioneiro, elevado a vila apenas dois anos antes da instalação da capitania, já se documentavam representações teatrais. Enquanto isso, outras vilas e cidades brasileiras, na época com perto de dois séculos de existência, teriam que esperar ainda muito tempo para possuir vida teatral”.

A peça recentemente fac-similada, intitulada **O Saloio Cidadão**, representada em Cuiabá em 12 de agosto de 1790, “demonstra que os temas do teatro setecentista não podiam ter aceitação fácil nos núcleos de estreita dependência rural. Evidentemente inspirada no **Bourgeois Gentilhomme**, de Molière, ela é uma sátira dos cidadãos aos costumes rústicos dos camponeses”. Magníficas as notas do ilustre engenheiro e historiador, a

quem já muito deve a história matogrossense, ao texto teatral setecentista. Sua paciente e erudita pesquisa leva-nos a pensar que tarefas semelhantes poderiam ser realizadas em outras cidades antigas do Brasil, onde - sabe-se, também houve atividade teatral. 27-2-1993.

*

263. UM ACADÊMICO ITUANO

A Academia Campinense de Letras, em sua primeira reunião do corrente ano, realizada a 10 de março, pela palavra de seu presidente, Acadêmico Mauro Ribeiro Sampaio, tributou reverência à memória de um dos seus fundadores, o Professor Mário Gianini, falecido no início de fevereiro, época em que a Academia encontrava-se em recesso. Mário Gianini era natural de Itu, onde nasceu a 7 de janeiro de 1915, radicando-se em Campinas após a conclusão de estudos em São Paulo. Deixou excelente folha de serviços a terra campineira, como professor e diretor de diversos estabelecimentos de ensino, notadamente a Academia de Comércio São Luís, instituto vinculado à Pontifícia Universidade Católica, do qual foi diretor por muitos anos.

Ao fundar-se a Academia Campinense de Letras, em 1956, por iniciativa de outro grande educador, o professor Francisco Ribeiro Sampaio, foi Mário Gianini convidado a integrar o quadro de acadêmicos, ocupando a cadeira nº 10 e escolhendo como patrono o Padre Leonel Franca, uma das mais altas expressões do catolicismo em nosso País. Nas palavras com que o reverenciou na sessão inaugural deste ano, recordou o presidente o quanto Gianini foi devotado à Academia, sempre a frequentando enquanto suas condições de saúde o permitiram. E de todos os seus títulos - lembrou Mauro Sampaio - o de "Acadêmico" da "Campinense" sempre foi por ele acolhido "com profunda ternura e respeito".

Poucas oportunidades tive de conviver com o saudoso acadêmico. Quando ingressei para o sodalício campineiro, já ele quase não o frequentava. Assim, poucas vezes o vi e, menos ainda, as vezes que com ele conversei. No triênio em que fui presidente da Academia, não tive o privilégio de contar com sua presença uma vez sequer, sabendo, todavia, que sua ausência era mais que justificada. Mas, através de depoimentos de amigos que com ele conviveram e que bem o conheceram e ainda através dos registros impressos de suas atividades, guardo a melhor das impressões do grande professor e educador.

Entretanto, sua participação da vida de Campinas não foi apenas através do magistério e da Academia, pois foi vereador à Câmara Municipal

e Secretário da Educação do município. Pelas suas atividades em prol da cidade, a edilidade outorgou-lhe o título de “Cidadão Campineiro”.

Mais afeito a ensinar e a orientar gerações diversas que passaram pelos estabelecimentos que dirigiu ou em que lecionou, do que propriamente a escrever, não deixou, infelizmente muita coisa publicada, limitando-se sua bibliografia a artigos esporádicos na imprensa periódica e a uma colaboração numa das antologias comemorativas publicadas pela Academia Campinense de Letras. Nesta sua contribuição, repassada de calor humano e de alto sentimentalismo, evocou algumas pessoas de seu relacionamento, como “Mamãe Cecília”, simpática figura religiosa de Piracicaba, onde fundou diversas entidades educativas e assistenciais, algumas delas projetadas em Campinas, como o Colégio “Ave Maria”; Monsenhor Luís Fernandes Abreu, “padre, soldado e parlamentar”; o dia das mães; uma ilustre educadora campineira (Dona Flávia Paz de Pádua), um dos bispos campineiros (D. Paulo de Tarso), encerrando com terna e comovente evocação de sua genitora. Neste tópico, é expressiva a lembrança de Itu, a sua Itu, que, embora radicado em Campinas, ele nunca esqueceu... 13-3-1993.

*

264. HISTÓRIA PAULISTANA EM CALIDOSCÓPIO

Figura das mais expressivas da magistratura paulista, Antônio Rodrigues Porto, depois de perلustrar com toda a propriedade as letras jurídicas, entendeu de perلustrar também as letras históricas com um volume sobre a evolução urbana de São Paulo (Carthago & Forte, 1992). Cidade que ele ama como se fosse a sua, pois nela vive desde quando, concluídos os estudos de humanidades, para ela se transferiu a fim de cursar as “Arcadas” do Largo de São Francisco. E após ligeira passagem por comarcas do interior, já integrado na magistratura, a ela retornou a fim de prosseguir sua brilhante carreira. Todavia, por uma questão afetiva, nele prefiro ver o excelente amigo e companheiro de adolescência, colegas que fomos nas primeiras séries do curso ginasial.

A afeição que Rodrigues Porto tem demonstrado pela cidade em que vive não se traduz apenas no fato de ter feito dela o centro de suas atividades profissionais e de sua brilhante carreira na magistratura. Revela-se também no interesse que sempre demonstrou pela história paulistana, conhecendo como poucos o passado e as linhas de sua evolução urbana, caracterizando esta com toda a propriedade e, conseqüentemente, produzindo um livro que poderá talvez não satisfazer integralmente a determinados

rigores metodológicos, mas - o que, para mim é mais importante - certamente satisfará àqueles que desejarem saber como a capital paulistana em-sua carreira quadricentenária, chegou a ser o que é hoje.

Visão calidoscópica dessa evolução é o que nos mostra o ilustre jurista, agora também cultor da história. Desde a fundação da urbe piratiningana em meados do século XVI até a recente reurbanização do vale Anhangabaú... À primeira vista, painel vasto demais para um volume que não alcança duzentas páginas, quando alguns autores precisariam de não sei quantos volumes! Mas Rodrigues Porto conseguiu o milagre da síntese, sem truncar uma linha do que se propôs traçar para mostrar como São Paulo cresceu. Daí, ter usado o termo "calidoscópico" para seu livro. Afigura-se a um tubo que, à medida que se vai virando, aparece, como num passe de mágica, tudo o que aconteceu: a expansão da cidade, os arruamentos, o surgimento dos logradouros tradicionais, as chácaras que viraram bairros, as preocupações urbanísticas de João Teodoro a Faria Lima...

E sem esquecer - o que é importante - a nomenclatura urbana com seu sabor original e característico e que Rodrigues Porto demonstra conhecer muito bem, pois a todo instante informa os nomes atuais das antigas ruas. Para que o leitor se não perca. Que adianta falar a alguém de hoje em "rua do Jogo da Bola", "das Casinhas", "da Freira", "do Mata Fome", "da Alegria" e de tantas outras... se não informar ao mesmo tempo os nomes que elas possuem hoje? Aliás, capítulo interessante da história de uma cidade como São Paulo é este da alteração (frequente até demais) da nomenclatura urbana. Menciono particularmente o caso de São Paulo porque em outras cidades antigas as mudanças ocorreram com menor frequência. O Rio, por exemplo, conserva até hoje a "rua do Senado", "da Relação" ou "da Assembléia", embora há mais de cem anos nelas não existam mais as instituições que as denominaram primitivamente. Em São Paulo chegou-se a mudar o nome "Estrada das Boiadas"... porque nela não passavam mais boiadas!

O fato de também ter trabalhado em assunto semelhante, em época bem mais remota (vai para quase quarenta anos meu livro sobre a evolução urbana de São Paulo), permite-me avaliar com carinho e simpatia o trabalho de Rodrigues Porto, pois conheço as dificuldades do tema. Se algum historiador dele não gostar, Rodrigues Porto pode ter a certeza de ter escrito um livro de que o povo há de gostar. E é o povo que precisa conhecer um pouco de nossa história. Para os eruditos, há outras fontes, em geral fora do alcance do povo. 8-3-1993.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ବିପ୍ଳବ PUKCAMP